



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS DE CHAPECÓ

CURSO DE HISTÓRIA

LETICIA MARIA VENSON

JOSÉ BERNARDINO BORMANN E A COLÔNIA MILITAR DO CHAPECÓ

1880-1898

CHAPECÓ

2018

LETICIA MARIA VENSON

**JOSÉ BERNARDINO BORMANN E A COLÔNIA MILITAR DO CHAPECÓ
1880-1898**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Radin

Coorientador: Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva

CHAPECÓ

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Venson, Leticia Maria

José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do
Chapecó 1880-1898/ Leticia Maria Venson. -- 2018.
57 f.

Orientador: José Carlos Radin.

Co-orientador: Claiton Marcio da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Chapecó, SC, 2018.

1. Colônia Militar do Chapecó. 2. José Bernardino
Bormann. 3. Ocupação do Espaço. 4. Colônias Militares .
5. Fronteira. I. Radin, José Carlos, orient. II. Silva,
Claiton Marcio da, co-orient. III. Universidade Federal
da Fronteira Sul. IV. Título.

LETICIA MARIA VENSON

**JOSÉ BERNARDINO BORMANN E A COLÔNIA MILITAR DO CHAPECÓ
1880-1898**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de licenciada em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Radin

Coorientador: Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 22/06/18.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva - UFFS



Prof. Me. Anderson M. Schmitt - UFSC



Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw - UFFS

À Carmelina D. Venson (*in memoriam*) e Luiz
Venson, fonte de infinito amor e sabedoria

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos para as duas pessoas a quem dedico o meu trabalho, especialmente a minha mãe Carmelina D. Venson, mulher guerreira, que me ensinou a lutar por meus objetivos e a seguir firme e forte, ela é meu exemplo, fonte de infinita admiração. Não conto mais com sua presença física, mas os ensinamentos que me passou durante os anos de convivência se perpetuaram em mim. A meu pai Luiz Venson pelos diversos conselhos durante essa trajetória e por acreditar em mim acima de tudo, me dando apoio em todas as minhas decisões. Obrigada pelas várias ligações longas onde me consolava e me fazia seguir a diante, apesar da distância física nunca estive desamparada.

Não posso me esquecer dos meus irmãos, que me proporcionaram sorrisos, risadas e incentivo por todo esse processo, principalmente a Marizete que escolheu a licenciatura assim como eu, não poupando conselhos sobre a sala de aula, a Márcia e Delizia, não fossem vocês eu não teria começado. Lembro que juntamente com a mãe, vocês foram as primeiras a acreditar e me auxiliar de todas as formas, vocês me deram um voto de confiança e eu admiro muito vocês por isso e o caçula da família João Paulo, obrigada por me permitirem reclamar diversas vezes, por me acolherem e animarem quando o cansaço e o desânimo eram grandes. Não fossem vocês eu não teria chegado até aqui. Devo um agradecimento ao meu cunhado Jaime Sandri, que é mais irmão do que qualquer outra coisa, sendo um dos meus grandes exemplos na vida acadêmica e pessoal. Obrigada pelos churrascos regados a vinho. Ele não é de falar muito, mas as olhadas de canto de olho e os meio sorrisos são expressivos, você foi parte essencial nessa trajetória.

Agradeço aos meus sobrinhos e sobrinhas especialmente a Giovana, Giane, Letícia e Pyetro que contaram com uma tia bastante ausente nesses últimos anos, mas que mesmo de longe me apoiaram em todas as decisões que tomei até o momento. Família foi a base de tudo. Não tenho palavras para agradecer todo o apoio, principalmente nesses últimos anos.

Agradeço aos meus colegas de turma, principalmente a Thais Angela Stella e ao Jhonathan Boldori, ao longo desses anos construímos uma amizade que espero poder levar para toda vida, fomos o “Trio Parada Dura” durante a graduação. Não posso esquecer do meu amigo Carlos Eduardo Cardoso, colega de curso que torna os meus dias na Universidade mais produtivos e animados. É muito bom ter alguém para compartilhar os dramas universitários sem os olhares de censura.

Agradeço a todos os docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial à Samira Moretto e Claiton Marcio da Silva, pelas diversas conversas e encontros

agradáveis no Grupo de Estudo de História Ambiental, a Dêlcio Marquetti pelas aulas mais agradáveis da graduação, a Renilda Vicenzi por todo o conhecimento compartilhado e a Vicente Ribeiro pelas orientações e conselhos que me acalmaram durante os momentos de aflição. Devo um agradecimento em especial ao Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw por ter compartilhado as fontes utilizadas no presente trabalho, em 2015, quando eu ainda era uma caloura com medo da temida monografia e as orientações durante a qualificação do presente trabalho e na hora da banca. A Francimar Ilha da Silva Petrolí pelas diversas orientações e conselhos, seu auxílio foi de suma importância para a estruturação da presente monografia. A Ricardo Machado pelas contribuições, que me permitiram refletir melhor sobre meu tema. A Anderson Schmitt por aceitar o convite de participar da banca e pelas importantes colocações, principalmente aquelas nos intervalos das aulas durante a graduação, quando o projeto estava ganhando forma.

Devo um agradecimento mais do que especial ao meu orientador Prof. Dr. José Carlos Radin que aceitou me acompanhar nessa jornada. Sem você o trabalho não teria ganhado forma, obrigada pelas infinitas orientações e mensagens fora de hora, sem você nada disso seria possível. Quando digo que é um orientador sensacional não é brincadeira. Sempre me instigou a ir além e me auxiliou desde a elaboração do projeto de pesquisa até a entrega da versão final. E por fim, agradeço a todos que indiretamente contribuíram para essa pesquisa e para a minha formação pessoal e acadêmica. Muito obrigada!

RESUMO

O trabalho analisa o processo de criação e instalação da Colônia Militar do Chapecó, localizada as margens do rio Chapecó, entre 1880 a 1898, período em que José Bernardino Bormann foi seu diretor. A problemática remete para a situação de fronteira e ao processo de exploração, ocupação e às ações realizadas no intuito de colonizar o atual território do Oeste catarinense e Sudoeste paranaense. A Colônia Militar do Chapecó se constitui em objeto central da pesquisa, atentando especialmente para as justificativas colocadas pelo governo para a sua instalação. Investiga, ainda, as razões do lento crescimento no processo de colonização regional verificado no período da administração militar. A investigação se sustenta principalmente na pesquisa documental de arquivos históricos, em particular os Relatórios dos Ministros de Guerra e Relatórios da Província do Paraná, que estão disponíveis nos sites da Biblioteca Nacional e Arquivo Público do Paraná. Também no Jornal “O Xapecó” redigido por Bormann no ano de 1892 e o livro Centenário do Marechal Bormann publicano no ano de 1944 e na produção historiográfica paranaense e catarinense sobre a Colônia Militar do Chapecó.

Palavras-chave: Colônia Militar. Fronteira. José Bernardino Bormann. Ocupação do Espaço.

ABSTRACT

The research to analyze the process of creation and installation of Chapecó Military Colony, located on the banks of the Chapecó River, between 1880 and 1898, during which time José Bernardino Bormann was its director. The problem refers to the border situation and to the process of exploration, occupation and actions carried out in order to colonize the current territory of the West of Santa Catarina and Southwest of Paraná. The Military Colony of Chapecó, constitutes the central object of the research, paying particular attention to the justifications placed by the government for its installation. It also investigates the reasons for the slow growth in the process of regional colonization during the period of military administration. The investigation is based mainly on the documentary research of historical archives, in particular the Reports of the Ministers of War and Reports of the Province of Paraná, which are available on the websites of the National Library and Public Archive of Paraná. Also in the newspaper "The Xapecó" written by Bormann in the year of 1892 and the book Centenary of the Publihed Marshal Bormann in the year of 1944 and in the historiography production paranaense and of Santa Catarina on the Military Colony of the Chapecó.

Keywords: Military Colony. Border. José Bernardino Bormann. Occupation of Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 <Província do Paraná no ano de 1881>.....	20
Mapa 2 <Questão de Palmas>.....	28
Mapa 3 <Localização da Colônia Militar do Chapecó>	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. COLÔNIAS MILITARES E A QUESTÃO DE PALMAS.....	18
2.1 AS COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL.....	20
2.2 QUESTÃO DE PALMAS.....	24
2.3 CRIAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR DO CHAPECÓ.....	31
3. COLÔNIA MILITAR DO CHAPECÓ.....	35
3.1 JOSÉ BERNARDINO BORMANN.....	36
3.1.1 JORNAL “O XAPECÓ”.....	39
3.2 FUNDAÇÃO DA COLÔNIA	40
3.3 A COLÔNIA MILITAR E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO.....	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal do presente trabalho é analisar o processo de criação e constituição da Colônia Militar localizada às margens do rio Chapecó, denominada Colônia Militar do Chapecó no período de 1880 a 1898, onde José Bernardino Bormann permaneceu como seu diretor. A Colônia Militar do Chapecó, se constitui em objeto central da pesquisa, atentando especialmente para as justificativas colocadas pelo governo para a sua instalação e a ocupação do atual Oeste Catarinense e Sudoeste paranaense. Investiga, ainda, as razões do lento crescimento no processo de colonização regional verificado no período da administração militar.

A análise sobre a Colônia Militar do Chapecó corresponde a uma pesquisa mais detalhada sobre a região Oeste Catarinense, que foi cenário de diversos conflitos territoriais entre a Argentina e o Brasil, e posteriormente entre os estados de Santa Catarina e Paraná na chamada Guerra do Contestado, especialmente sobre sua construção como um espaço social e político. Portanto, compreendermos que a problemática remete a uma situação de fronteira, ou seja, os aspectos de delinearam sua construção.

O Estado brasileiro, com influência do Exército em meados do século XIX e posteriormente no governo de Vargas, incentivou a reocupação do atual Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense que até o momento estava ocupado pelas populações caboclas e indígenas. Segundo os militares, as Colônias eram uma forma de garantir a integridade do território e a nacionalização do espaço, tanto no modelo social, quanto político. Durante todo o século XIX várias colônias militares foram instaladas, em regiões consideradas estratégicas, tanto do ponto de vista militar quanto econômico.

O decreto de criação da Colônia Militar do Chapecó corresponde ao ano de 1859, mas foi definida a comissão para instalar de fato a colônia só no ano de 1880, sendo a mesma instalada no ano de 1882, permanecendo em atividade até o ano de 1907, e tendo como responsável por definir a localização estratégica José Bernardino Bormann. Segundo o decreto 2.502 de 16 de novembro de 1859 (BRASIL, 1859): “Estas colonias são destinadas á defesa da fronteira, á protecção dos habitantes dos Campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão dos Indios, e a chamar os ditos indios, com auxilio da catechese á civilisação”. Portanto, a colônia tinha como objetivo central a defesa do território em caso de possíveis ataques do governo argentino. Outra preocupação clara é com relação ao aldeamento dos indígenas, para que os mesmos não

se tornassem um empecilho para a colonização da região, era necessário catequizá-los a fim de ter um certo controle sobre os mesmos.

No final do século XIX, a região Oeste da província do Paraná não tinha praticamente nenhuma importância econômica do ponto de vista do governo oficial. A região era explorada por argentinos com a extração da erva mate e madeira, que eram vendidos no mercado platino, o que gerava desconforto no governo Imperial, pois era considerado uma invasão do território considerado brasileiro (RITT, 2011, p.13).

A pesquisa terá como objeto a Colônia Militar do Chapecó e as razões de sua instalação do ponto de vista do poder Imperial com base nas fontes oficiais. Além de investigar a partir dessas fontes a razão do lento progresso verificado no período da administração militar no processo de colonização da região. O trabalho analisou o período de 1880 a 1898, sendo o período desde a convocação dos responsáveis para a instalação da colônia no caso, Bormann, até o ano em que o mesmo abandonou a direção da colônia e ficou responsável pelo governo do Paraná durante alguns meses.

O desenvolvimento da pesquisa pretende contribuir para o melhor entendimento do que representou para a então província do Paraná, o estabelecimento de colônias militares e, especificamente da Colônia Militar do Chapecó. Os estudos acerca da Colônia Militar do Chapecó ainda são escassos no meio historiográfico, necessitando de maior atenção. Boa parte da produção historiográfica regional é referente ao processo de colonização do território após a Guerra do Contestado (1916) e a fundação da cidade de Chapecó (1917), faltando pesquisas que abordem a ocupação do território no final do século XIX.

Na elaboração da presente pesquisa, partiu-se de um levantamento de várias fontes, partes delas estão reunidas e disponíveis online no site do Arquivo Público do Paraná e na Biblioteca Digital Nacional e outras disponíveis no Centro de Memória do Oeste – CEOM. Também foram consultados, a Lei de Terras e o decreto de criação da colônia disponíveis no site do Planalto Federal. Foram fundamentais os relatórios dos ministérios do Império e da Guerra e “Fallas dos presidentes de província”, consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. A fim de obter-se os dados necessários, procedeu-se a leitura reflexiva e crítica e ao estudo dos Relatórios do Ministério de Guerra e dos presidentes de província.

Os relatórios produzidos no período forneciam informações sobre as atividades pelas quais os presidentes e ministros eram responsáveis. Os relatórios do Ministério de

Guerra forneciam detalhes importantes sobre a colônia. Sendo descritos os trabalhos realizados pelos soldados nas lavouras, nas reformas de suas casas ou dos prédios públicos, no plantio e na colheita. Os relatórios do Presidente da Província do Paraná, relatavam sobre as eleições provinciais, as leis que eram sancionadas, da igreja, dos hospitais, da educação, das obras públicas, das estradas, prisões, entre outros assuntos.

Nos relatórios dos ministros da guerra, os assuntos eram sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça, do alistamento militar, das inspeções militares, das Escolas Militares, dos arsenais de guerra, dos laboratórios e fábricas de pólvora e munição, entre outros assuntos. Porém nenhum desses arquivos trata especificamente dos moradores da colônia, nem dão detalhes da vida daquela população e nem as relações que se mantinham entre civis e militares.

Os Relatórios do Ministério de Guerra a serem analisados são dos anos de 1850 a 1898. Esses relatórios eram feitos anualmente, em alguns anos há mais que uma edição como o ano de 1881. Tinham a preocupação de relatar a situação dos prédios militares e suas instituições, normalmente mudava o redator de um ano para outro. Eram abordadas as colônias militares dispostas no território brasileiro, onde contava com uma ou duas páginas de especificando o funcionamento de cada colônia, com textos bastante opinativos, muitas vezes o redator tomava partido de algum lado, ou criticando o Diretor responsável pela Colônia ou criticando o governo Imperial e posteriormente Republicano, as vezes apontava algumas alternativas para a solução de problemas que identificava.

Outra fonte importante é o livro “Centenário do Marechal Bormann”, lançado pela Biblioteca Militar no ano de 1944 e organizado pelo General V. Benicio da Silva, tendo importantes considerações de Aristóteles Xavier filho de um colono militar, que viveu alguns anos de sua infância na colônia. O livro foi lançado em comemoração ao centenário de nascimento de José Bernardino Bormann, onde são compiladas várias matérias de jornais, que o exaltam como uma importante figura militar brasileira. Nele é contada toda a história de vida, seus feitos acadêmicos e posteriormente militares, enaltecendo o viés humanista e historiador, pois o mesmo publicou vários livros como: *Dias Fraticidas*, que conta sobre a Revolução Federalista do Paraná, *História da Guerra do Paraguai*, entre outros. Bormann era considerado como um importante militar da Província do Paraná, sendo sempre lembrado pelos anos que ficou à frente da direção da Colônia Militar do Chapecó e como comandante da Guarnição e Fronteira de Palmas.

Além das fontes já citadas é utilizado o Recenseamento da comarca de Palmas do ano de 1890, onde é detalhada a população dos diferentes núcleos populacionais da

província. Contendo informações referentes à raça, sexo, origem, estado civil e idade. Permitindo a identificação e uma análise inicial da população presente da Colônia Militar do Chapecó no período.

A Colônia Militar do Chapecó se insere em uma das medidas do Governo Imperial de proteger o território do atual Sudoeste Paranaense e Oeste Catarinense, que estava sendo disputada com a Argentina na chamada Questão de Palmas ou *Misiones* para argentinos. Para compreender o contexto no qual a Colônia Militar do Chapecó esteve inserida é necessário a utilização de alguns conceitos da Geografia, como os de espaço, região, limites e fronteiras, principalmente esse último.

Consideramos o espaço como lugar que se estabelece na materialidade física e como campo que é gerado por meio das relações sociais. Um dos conceitos mais importante para o presente trabalho, que envolve o espaço é o conceito de região, pois a presente pesquisa se enquadra em História Regional. E um dos principais problemas da História Regional segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior (2008) é que a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, pois seria a história do que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites.

Pierre Bourdieu (1989) considera que a palavra região assume por muitas vezes uma conotação ideológica, de maneira que acaba por servir frequentemente para construção de mistificações geográficas, tornando-se um instrumento de manipulação política. Sendo assim o que sustentaria por conceito de região, está ligado aos interesses políticos, a uma fração de fatores objetivados por um grupo local. Ainda são escassas as pesquisas sobre a formação da região de Chapecó, pois a maioria enfoca após 1917, quando é criada a cidade de Chapecó, não se prendendo a assuntos anteriores como a Colônia Militar do Chapecó. Sendo assim, a presente pesquisa pretende começar uma discussão sobre o assunto, analisar a Colônia Militar do Chapecó como parte do processo de construção da região do atual Oeste Catarinense, tendo os militares como participantes centrais desse processo.

Um dos trabalhos utilizados como referência bibliográfica é a dissertação de mestrado da Vera Lúcia Fregonese Barros, intitulada de *Colônia Militar do Chopim 1882 a 1909* (1980). O conteúdo do trabalho é desenvolvido sobre os aspectos que delinearam e estiveram presentes no período de funcionamento da Colônia. A autora analisa a problemática referente ao período em que a colônia esteve sob administração militar. A dissertação é dividida em três partes, sendo que a primeira inclui uma retrospectiva

histórica que salienta configurações e características da colonização militar no Brasil e uma rápida digressão analítica da ocupação e povoamento da região dos campos de Palmas. A segunda parte aborda os trabalhos de exploração e fundação desse estabelecimento e os aspectos relacionados com o funcionamento e a estrutura da colônia. A parte final descreve os diversos problemas e obstáculos que dificultaram ou impediram que o referido núcleo alcançasse um maior desenvolvimento e expansão na região.

Antonio Marcos Myskiw desenvolve sua tese de doutorado sobre a Colônia Militar do Foz do Iguaçu, lançando o livro *A Fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907)* (2011). Myskiw utiliza como fontes alguns relatos de viagens, relatórios do Ministério de Guerra, os relatórios provinciais, os relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e os manuscritos do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Myskiw pensa a colônia pelo viés da História Agrária, busca ressaltar os mecanismos de acesso à terra na fronteira; a política agrária levada a cabo pelos militares para atrair os colonos à Colônia Militar; os colonos e suas estratégias de sobrevivência na fronteira; e a ênfase aos conflitos agrários existentes mediante as queixas dos colonos e relatos dos viajantes. Utiliza-se do conceito de fronteira para pensar o processo de exploração, ocupação e as primeiras ações com o intuito de colonizar a porção extrema da região que hoje se denomina de Oeste Paranaense.

Para discutir o conceito de fronteira Myskiw utiliza da tese de Frederick Turner, sobre a fronteira dos Estados Unidos e as reflexões de José de Souza Martins sobre a ocupação das terras na fronteira amazônica. Segundo o autor a contribuição inicial de Turner foi proporcionar uma nova definição ao termo fronteira: de limite territorial a uma vasta região onde existe uma porção de terras e florestas desconhecidas. Demonstra que no avanço sobre a fronteira, várias são as fases de exploração, ocupação e colonização de uma mesma região e que a edificação de postos militares na fronteira era uma antiga estratégia para abrir novas fronteiras. Já Martins compreende que a fronteira deve ser entendida a partir de múltiplos ângulos de análise, como um lugar de encontro, de esperanças, de um novo tempo, mais justo e feliz, sendo, também lugar de desencontros, dos conflitos, da intolerância, da ambição e da morte. As fronteiras podem ser espaciais, culturais, de etnias, e sobretudo, fronteira do humano.

José de Souza Martins em seu livro *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* (2009) discute aspectos da multiplicidade da fronteira. Nele toma a fronteira como um lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprias da constituição do humano no encontro de sociedades

que vivem no seu limite e no limiar da história. Segundo o autor, é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formaram, se desorganizaram ou se reproduzem, ponto de desencontros.

Compreendemos fronteira na perspectiva de José de Souza Martins, um espaço de disputas, de conflitos, mas também de encontros. Uma das motivações da instalação da Colônia Militar do Chapecó foi a tentativa de conter as explorações argentinas e paraguaias. Tinham a preocupação de estabelecer os limites territoriais com a Argentina, sendo um local de bastante tensão. O risco de conflitos era grande, não só do ponto de vista de governo, mas também cultural, pois era ponto de encontro de pessoas de diferentes nacionalidades. Houve a construção da fronteira, e para legitimar esses limites era necessário a fixação de uma população, de núcleos de colonização. A fronteira não é dada como algo fixo, mas móvel, ou seja, pode ser modificada dependendo das relações de um governo com outro ou de sua população.

Evandro Ritt em sua dissertação de mestrado intitulado *A Colônia Militar de Foz do Iguaçu-PR: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880-1920* (2011), analisa o processo da criação e constituição da Colônia Militar localizada na cidade de Foz do Iguaçu no período de 1880 a 1920, e procura analisar a construção de um espaço social e político, tanto por parte de militares brasileiros quanto dos proprietários de terras que exploravam a região, e a população que residia nas imediações, além de abordar a questão de fronteira entre Brasil e Argentina, na chamada Questão de Palmas.

Outro trabalho importante é a tese de doutorado de Maristela Ferrari, intitulada *Interações Transfronteiriças na zona de Fronteira Brasil-Argentina: o Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XXI)* (2011), que versa sobre interações transfronteiriças e analisa as interações de um segmento da fronteira Brasil-Argentina localizado no conjunto do Extremo Oeste de Santa Catarina. A autora estabelece a análise do processo de formação das cidades gêmeas Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES.ARG), onde foram identificados processos históricos particulares de interações transfronteiriças que se foram estabelecendo em diferentes momentos e em escalas distintas.

Segundo Ferrari a área de fronteira é um espaço de múltiplas interações com elementos e características particulares, diferenciando-se das demais cidades de seus respectivos estados e países. Porém há falhas por parte dos Estados nacionais no trato de problemas sociais, das políticas públicas e infraestruturais direcionados à população das cidades fronteiriças.

O trabalho da Maristela Ferrari é um dos poucos que não trabalha os aspectos políticos da fronteira, mas parte de uma perspectiva mais sócio cultural, se preocupando com as relações culturais estabelecidas pela população de fronteira.

Nota-se que há estudos expressivos sobre as Colônias Militares instaladas no Brasil no período Imperial, produzidas principalmente nos últimos anos, a maioria deles na perspectiva de colonização e de resguardo de fronteiras, enfatizando as relações dos militares com a população já presente na região. Porém sobre a Colônia do Chapecó não há pesquisas historiográficas, apesar de se ter um leque considerável de fontes de fácil acesso.

Sobre a Colônia Militar do Chapecó há somente um projeto de conclusão de curso em direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e um livro do jornalista Mario Xavier que faz o recorte temporal de 1900 a 1903, período em que Coronel Freitas foi responsável pela Colônia. Normalmente o assunto aparece nos livros que tratam sobre a Questão de Palmas, ou seja, o conflito sobre as fronteiras da Argentina e do Brasil, conflito que abrange o atual sudoeste paranaense e oeste catarinense, porém sempre de maneira resumida, não sendo dedicado ao assunto mais que meia página.

No trabalho de conclusão de curso Franciele Scapinello fala sobre a possibilidade de usucapir as terras devolutas da *Ex-Colônia Militar do Xapecó* (2010), fazendo uma análise da situação agrária da região. Utiliza como fontes Constituições Federais, Leis em que há alguma relação com a questão da posse de terra e de fronteiras e alguns mapas. Scapinello conclui que as pretensões de usucapião de terras não registradas em faixa de fronteira representam um drama social. Segundo a mesma essas áreas não revelam ser imprescindíveis à defesa do território nacional, pois não têm dono, sendo assim podem ser usucapidas.

Já Mario Xavier, autor do livro *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense* (2016), aborda a criação e instalação da Colônia de uma maneira mais geral, focando nos anos de 1900 a 1903, os anos finais do regime militar na Colônia. Utiliza como fontes os Relatórios do Ministério da Guerra, os Relatórios da Província do Paraná, e arquivos da Biblioteca Militar do Rio de Janeiro. O autor enfatiza na parte final do seu livro a necessidade de pesquisas que abordem detalhadamente a Colônia.

Sendo assim o presente estudo pretende contribuir para um conhecimento mais amplo da região que atualmente é parte do Sudoeste Paranaense e o Oeste Catarinense,

com o ponto central nas instalações e relações presentes na colônia Militar do Chapecó da perspectiva do Governo Imperial e posteriormente Republicano.

A presente monografia será dividida em duas partes fundamentais. A parte introdutória salienta configurações e características da colonização militar no Brasil e a ocupação e povoamento da região dos campos de Palmas. Essa parte é essencial para o entendimento da política nacional que determinou a criação e a localização de uma colônia militar na então província do Paraná. A segunda parte aborda os trabalhos de exploração e fundação desse estabelecimento, e os aspectos relacionados com o funcionamento e estrutura, além de descrever os diversos problemas e obstáculos que dificultaram que o referido núcleo alcançasse um maior desenvolvimento e expansão na região.

2. COLÔNIAS MILITARES E A QUESTÃO DE PALMAS

Devido às extensões do território brasileiro, os primeiros séculos de colonização impuseram grandes dificuldades aos administradores da coroa portuguesa e mais tarde aos do império brasileiro. Esses administradores tinham como desafio o controle de um amplo território desconhecido e habitado por diferentes populações indígenas, e o consideravam um “vazio demográfico”.

No século XVIII foram desenvolvidos projetos para defender o litoral de possíveis invasões estrangeiras, defendendo-se assim todo o sertão. Nesse período constitui-se um sistema de defesa em toda a costa brasileira, e de certo modo era o território que conheciam, pois, a colonização do Brasil começou no litoral para posteriormente avançar para os ditos sertões. Ou seja, acreditavam que defendendo esse espaço estariam defendendo todo resto, deixando as fronteiras com países vizinhos com pouca defesa, facilitando a entrada de estrangeiros no território considerado brasileiro.

Nas últimas décadas do século XVIII desenvolveram-se mecanismos que permitiriam conservar e aumentar a população. É nessa perspectiva que aumentaram os anseios de conhecer o sertão do território brasileiro. No início do século XIX o conceito de governar mudou consideravelmente. Os núcleos populacionais até então independentes, isolados e desarticulados cederam lugar para uma estrutura de vilas e de cidades interdependentes, abertas e interconectadas com outras localidades. Durante esse período o Império realizou importantes alianças externas e enfrentou fortes rebeliões internas.

Diversas medidas foram adotadas com a finalidade de atrair a população para o interior do país, principalmente propagandas vinculadas em jornais do século XIX, prometendo vantagens, como transporte, moradia e alimentação a quem se instalasse nas colônias.

No período do I Reinado, o governo imperial propunha satisfazer as necessidades estratégicas imediatas para a defesa nacional por meio da imigração com o patrocínio e controle do governo. No sul do país foram instaladas cinco colônias estratégicas entre 1824 e 1829 para salvaguardar as linhas de fronteira ou as vias de comunicação. A população destinada a se estabelecer nessas colônias estratégicas, compunham-se de colonos e soldados europeus (BARROS, 1980, p.23).

São Leopoldo foi a primeira colônia fundada, em 1824, na até então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para onde foram encaminhados imigrantes alemães.

No ano seguinte foi fundada a colônia de São Luís da Leal Bragança, na mesma província. A terceira colônia também instalada na província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi localizada ao norte e denominada São Pedro de Alcântara das Torres. Em 1829 fundou-se na fronteira entre São Paulo e Santa Catarina, a colônia Rio Negro, principalmente com colonos alemães. A quinta colônia foi fundada em Santa Catarina, a colônia São Pedro de Alcântara, próxima a estrada que ligava Desterro a Lages (BARROS, 1980, p. 24).

Segundo Barros (1980), essas colônias cumpriram com suas finalidades. As colônias de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Tôrres, alcançaram maior progresso, pois estavam em melhores condições de estabelecer relações comerciais com os mercados próximos. Já as colônias de Rio Negro e São Pedro de Alcântara registraram um grau menor de desenvolvimento devido ao menor incentivo governamental e a distância dos povoados. A colônia de São Luís da Leal Bragança apresentou o menor desenvolvimento, devido ao isolamento e a falta de recursos.

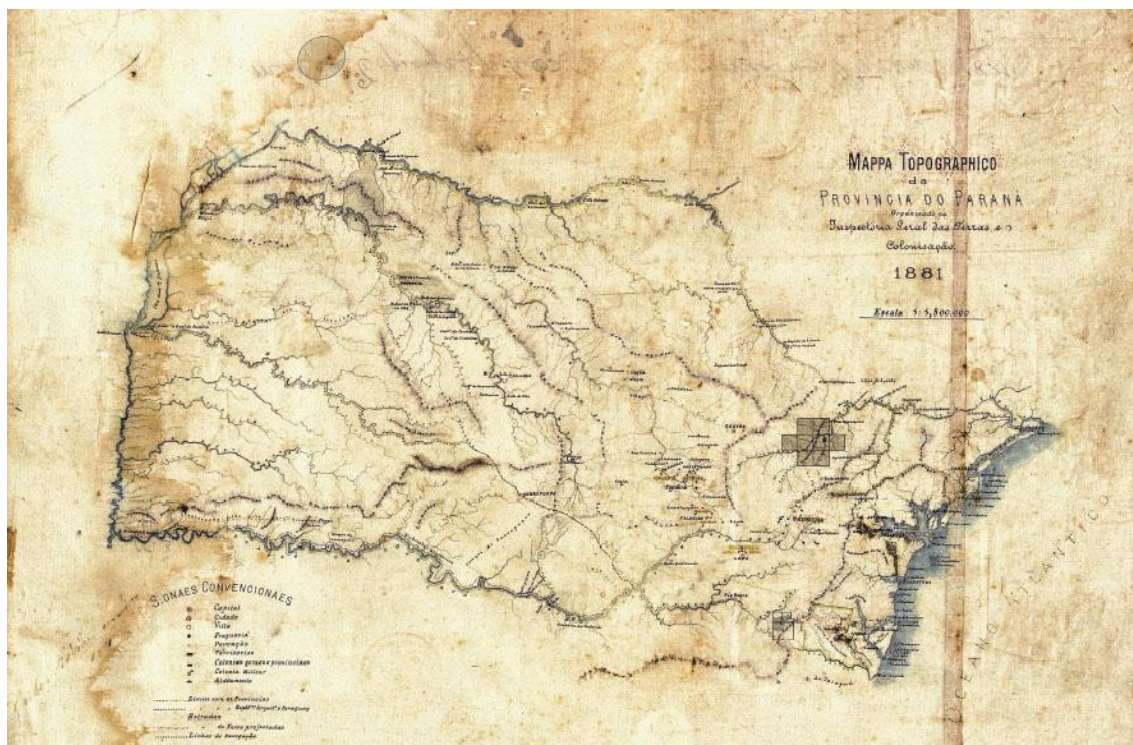
O recrutamento de imigrantes destinados às colônias estratégicas, vigorou no período de 1824 a 1831, ocasionando grandes despesas ao governo imperial. Sendo assim devido aos grandes gastos, o apoio governamental a imigração foi suspensa temporariamente.

O estabelecimento de uma rede de colônias militares e presídios, foi um dos meios de penetração, de domínio e de povoamento de uma grande extensão de terras no Brasil. As colônias militares tornavam-se instrumentos da centralização política do império brasileiro. O comando das colônias estava intimamente relacionado à presidência das províncias e estas vinculadas a Corte na cidade do Rio de Janeiro (BRUGGEMANN, 2013, p. 27).

Neste capítulo, analisaremos as estratégias utilizadas pelo governo brasileiro no período imperial para formar as fronteiras nacionais, no caso, a instalação de várias colônias militares por todo o território brasileiro. Além disso faremos uma análise da questão de limites da fronteira internacional com a Argentina na “Questão de Palmas”. Por fim apresenta-se a criação e instalação da Colônia Militar do Chapecó.

No mapa abaixo percebemos a definição dos limites territoriais da Província do Paraná no final do século XIX, ou seja, se estendia boa parte em território que hoje é do Estado de Santa Catarina.

Figura 1: Mapa da Província do Paraná do ano de 1881



Fonte: Coletânea de Mapas históricos do Paraná (Disponível em www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html. Acesso em: 19 de março de 2018)

2.1 AS COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL

Em meados do século XIX foram criadas cerca de 21 colônias militares no Brasil, esse significativo número expressa uma política do governo central, enunciada em instrumentos legais: na Lei nº 555, de 15 de junho de 1850 que aprovou o orçamento do Império para o ano financeiro que se iniciava, autorizando o Poder Executivo a estabelecer presídios e colônias militares nos territórios que acreditassem ser estratégicos. Outra lei importante nesse contexto foi a chamada Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, que previa o uso de terras devolutas para a instalação de estabelecimentos públicos. A Lei de Terras transferia as terras devolutas para o controle do Estado, impedindo que grandes extensões de terra fossem transformadas em propriedades privadas por meio da posse. A partir de então só era possível adquirir terra por meio da compra (FARIA,).

No Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1862 é enfatizada a necessidade de colônias militares, pois segundo o redator o Brasil é um país com um vasto território com pouca população civilizada, fazendo limites com vários países, sendo a instalações

das colônias conveniência administrativa e política para definir esses limites. Sendo um dos objetivos civilizar os indígenas por meio da catequese:

Promovendo o desenvolvimento da população em lugares hermos, e procurando attrahir ao grêmio do christianismo e da civilização milhares de homens que vivem no seio da barbaria e da mais profunda ignorância, os quaes infelizmente ainda abundao em nossas virgens florestas, as colônias militares a um tempo servem também de garantia contra injustas pretensões de absorpção de território, e de poderoso auxilio ao cultivo das relações de boa inteligência com as nações vizinhas; ao passo que igualmente contribuem para o progresso da indústria e do commercio com as mesmas nações. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1862, p. 28)

Em 1854 foi expedido o decreto nº 1318, de janeiro, regulando a Lei de Terras de 1850. Nesse decreto é estabelecida a reserva das terras devolutas do Império para a colonização dos indígenas e para a fundação de povoações, aberturas de estradas e instalação de estabelecimentos públicos, visando promover a colonização nacional e estrangeira, e de garantir o registro das terras, como forma de legitimar as posses.

No Art. 82 foi definido que na zona de dez léguas dos limites do Império com países estrangeiros, e em terras devolutas, o povoamento, por meio das Colônias Militares. Devendo a elas a responsabilidade de medição do território e dos lotes por inspetores e Agrimensores. Posteriormente, o Governo marcaria os lotes a serem distribuídos gratuitamente aos colonos e aos outros povoadores nacionais e estrangeiros, definindo as condições da distribuição e as autoridades que iriam conferir os títulos.

A partir de 1856, as colônias passaram a desempenhar uma função militar, sendo responsável pela vigilância e cobertura das fronteiras onde não havia povoamento de um modo concreto, e passaram a ser subordinadas ao Ministério do Império e posteriormente ao Ministério da Guerra. Sendo assim as colônias acumularam juntamente com as funções militares, as atividades sociais e colonizadoras, sendo as responsáveis pela catequese dos índios. A partir de então foram localizadas em áreas limítrofes ou consideradas estratégicas para o país.

Segundo Adelson André Bruggemann:

Apesar de cada colônia militar ter o próprio foco de interesse, duas considerações principais inspiraram a promoção do sistema de colônias militares no Brasil. Um dos objetivos era o estratégico e o outro era o econômico. Acreditava-se que as colônias militares poderiam auxiliar a pacificação do interior por meio do policiamento das estradas, rios e florestas, livrando-os de índios hostis, escravos fugitivos, bandidos e outros elementos incômodos para o controle da sociedade. (BRUGGEMANN, 2013. p.41)

O governo imperial visava a exploração de territórios desconhecidos, a fim de mapear as regiões e verificar as suas riquezas, pois os interiores do Brasil até então eram habitados pelos indígenas, considerados selvagens pelo poder Imperial, não sendo o modelo essencial para a colonização e defesa do território, pois não tinham um sentimento de pertencimento à nação brasileira. Em caso de desentendimento com os países vizinhos e indígenas arredios, as colônias poderiam servir como bases de suporte para as forças do governo, fornecendo os produtos essenciais para as tropas.

Segundo Evandro Ritt (2011, p. 27) a fundação das colônias militares foi uma medida estratégica do governo brasileiro, para que os países vizinhos não reclamassem a posse das terras e para impedir uma possível invasão, pois teriam que atacar a colônia militar primeiro, podendo provocar uma guerra entre as nações. Com essa estratégia o Brasil evitou vários confrontos bélicos, mas não se livrou de conflitos diplomáticos com outros países que também tinham interesses nesses territórios, o que ocorreu com a Argentina na chamada Questão de Palmas que abordaremos mais adiante.

As Colônias Militares eram uma forma do governo brasileiro ocupar as regiões de fronteiras, onde poderia ocorrer algum tipo de conflito ou tentativas de outros países em reclamar a posse das terras. No caso específico da Colônia Militar do Chapecó, foi a medida necessária para garantir que o estado ocupasse essa região, devido a ameaça argentina e posteriormente promovesse a colonização, recebendo pessoas oriundas de imigração e de outras localidades do Brasil, no caso, do Norte do país, além de nuclear as populações caboclas existentes no local sem a tutela do Estado.

Segundo Adelson André Bruggemann (2013, p.55) as fronteiras brasileiras em meados do século XIX eram locais ameaçadores, onde os colonos eram desafiados pela natureza e pelos indígenas. Era necessário viver em grupos, contando com a colaboração dos vizinhos, para conseguir manter certa segurança com relação aos animais e indígenas. O Governo Imperial acreditava que a disciplina militar era a melhor opção para o domínio dos sertões do país poderia ser realizado. Tendo preferência pelos soldados ou ex-soldados como colonos, pois já eram acostumados ao regime militar. Para os colonos civis era recomendado o uso de moderação, o comandante não deveria usar nada além de um prudente castigo ou pequena punição corporal.

O lugar escolhido para a instalação de uma Colônia Militar deveria reunir o maior número de vantagens: solo fértil, a fim de permitir o cultivo de vários alimentos; localizar-se perto de um porto de embarque; ter ar puro e salubre; estar perto de águas abundantes e potáveis, e que pudessem oferecer condições de navegabilidade para o rio

mais próximo ou para o mar. Ou seja, era necessário ter boas estradas e vias de comunicação, a fim de facilitar a movimentação dos militares.

Após ser escolhido o melhor território era necessário que o mesmo fosse medido e demarcado por um oficial engenheiro, que realizaria a divisão em lotes de acordo com o número de colonos a serem instalados. No centro do território seria instalado o arraial, onde deveriam ser construídos o quartel, as dependências destinadas ao ambulatório ou hospital, a capela, a escola e as casas. Esses prédios seriam construídos com a ajuda financeira da fazenda pública.

A administração da colônia deveria ser exercida por uma espécie de diretor, cuja a patente deveria ser a de capitão da 3ª classe do exército. Com o auxílio de um almoxarife contrataria dois sargentos, quatro cabos, e um oficial que o substituiria, em casos de necessidade. Os sargentos e os cabos eram encarregados de realizar o serviço de policiamento. Todas as colônias deveriam contar com os serviços de um cirurgião e de um capelão (BRUGGEMANN, 2013).

Era necessária a construção de uma escola de primeiras letras para a instrução dos filhos dos colonos e militares. A escola era mantida pelo governo.

Segundo Vera Lúcia Fregonese Barros:

Todas as pessoas residentes nas colônias militares deveriam obedecer a um regulamento especialmente elaborado. O regulamento determinaria as normas com relação a administração, polícia e defesa da colônia, os direitos e deveres dos civis e dos militares, bem como sobre o regime da colônia. (BARROS, 1980, p. 30)

As colônias militares passaram a desempenhar uma atividade colonizadora, uma vez que para elas eram enviados os militares acompanhados de suas famílias que juntamente com os colonos civis e seus familiares, formariam a célula de aglutinação de futuros povoados ou cidades. O governo imperial acreditava que findo o tempo de serviço os militares permaneceriam instalados nas colônias.

O diretor da colônia era responsável pela manutenção da ordem e da disciplina. Nenhuma pessoa poderia tornar-se um colono sem seu consentimento. Ele deveria matricular todos os residentes em seu distrito, precisando declarar de cada colono a sua idade, local de nascimento, profissão, estado civil, número de filhos e data de alistamento. Além de fazer anotações referentes ao cumprimento, ou não, de suas ordens, registrando todas as informações que julgasse importante.

Era exigido que os adultos e as crianças de ambos os sexos aprendessem a ler, escrever e contar. Devendo ter horários compatíveis com seus trabalhos manuais. Crianças com até 14 anos frequentariam a aula durante o dia. O responsável pela escola da Colônia Militar do Chapecó era o capelão. (GUERRA, 1887 p. 34)

Apesar da denominação recebida, não significa que as colônias eram somente estabelecimentos militares, pois contava com inúmeros civis, que apesar de terem que se adequar as normas militares continuavam sendo civis. As primeiras colônias foram fundadas pelo Ministério do Império e eram diretamente ligadas aos Serviço de Terras e Colonização. Em 1855 ocorreu a reestruturação administrativa, cabendo ao Ministério da Agricultura a administração do Serviço de Terras e Colonização e a organização das colônias militares. Ao Ministério da Guerra cabia a responsabilidade pelo fornecimento dos contingentes militares, o soldo e o fardamento necessário.

2.2 QUESTÃO DE PALMAS

Dos conflitos entre Brasil e Argentina por terras na região meridional das Américas, o mais acirrado, talvez tenha sido o denominado Questão de Palmas, no qual a atuação no campo das relações exteriores foi intensa, tendo resultado, entre outras medidas, na fundação de duas Colônias Militares, a do Chopim e do Chapecó (1882), e posteriormente a do Foz do Iguaçu (1888).

Com a emancipação das colônias ibéricas na América, o que determinou as fronteiras foi o princípio de *uti possidetis*, ou seja, quem ocupasse de fato o território seria seu dono de direito. Com relação ao território contestado pela Argentina, não há documentos que evidenciem posses portuguesas naquele território no período colonial, porém também não há comprovação de possíveis posses espanholas na região.

Segundo Arlene Renk (2006) o povoamento do interior do sul do país foi iniciado pelo criatório. As fazendas tinham a possibilidade de serem implantadas com uma quantia razoável de capital econômico e com poucos braços, permitindo povoamentos escassos. Em 1839 foi a conquista dos campos de Palmas e a Freguesia de Palmas foi instalada na década de 1840, quando enfrentou muitas dificuldades devido à sua localização em uma região muito isolada e de difícil acesso e comunicação. Foi somente na década de 1880 que foram tomadas medidas para atrair a população para a região oeste paranaense, principalmente por conta da erva-mate e das florestas existentes pouco exploradas.

A exportação da erva-mate e a exploração da madeira eram os alicerces da economia paranaense no final do século XIX e início do século XX. Com a descoberta dos Campos de Palmas, onde havia grande quantidade de erva-mate e de madeira, tornou-se necessária a instalação de colônias como forma de explorar esses produtos. Portanto, o Governo Federal e o provincial tomaram iniciativas de fundá-las.

Os primeiros núcleos criados foram localizados ao longo das vias de comunicação dos Campos Gerais com os de Palmas e Guarapuava, foram estabelecidos no chamado interior do sertão, onde procuraram atrair a população para essa região ainda não explorada. O objetivo da criação desses núcleos populacionais era a expansão, a ocupação e o povoamento da região. Porém estes núcleos não tiveram o desenvolvimento esperado, pois enfrentaram um leque variado de dificuldades e não receberam o necessário apoio governamental para seu desenvolvimento.

Como os limites territoriais achavam-se pouco limitados e havia grande quantidade de erva-mate os argentinos instalaram clandestinamente suas ervateiras na área fronteiriça. Segundo Vera Lúcia Fregonese Barros:

Tanto os argentinos como os paraguaios haviam tomado conhecimento da existência de grandes ervais e das áreas florestais durante o período da Guerra do Paraguai, quando percorreram parte da região em missões militares. Muitos voltariam, posteriormente a fim de explorarem as florestas naturais e instalarem-se como proprietários de ervais e serrarias, sobretudo os argentinos. (BARROS, 1980, p. 57)

No relatório do Ministério da Guerra do ano de 1881 é abordada a questão trazida acima, pois a constante presença dos argentinos no território de fronteira, fazia com que a população se sentisse insegura, tendo medo de possíveis ataques. O governo Imperial acreditava que essa invasão não passava de simples empresa de alguns aventureiros, sem a devida permissão ou incentivo do governo argentino. Sendo necessária a tomada de algumas medidas para reverter a situação, utilizaram essa questão e os supostos indígenas selvagens como uma das justificativas para criar as Colônias Militares na região.

Inclusive, posteriormente a região seria reclamada como pertencente a Argentina, pois alegavam que os limites originais eram os rios Chapecó e Chopim, fazendo desencadear uma questão de limites entre o Brasil e a Argentina.

Para compreender a criação da Colônia Militar do Chapecó é preciso remontar ao cenário no qual o Brasil ainda era colônia de Portugal e a Argentina da Espanha, sendo esse conflito sobre os limites territoriais algo herdado dos colonizadores. O início dessa divergência remonta ao Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madri (1750) e o

Tratado de Santo Idelfonso (1777), os quais não resolveram a questão de limites entre Portugal e Espanha (HEINSFELD, 2007).

Após a independência da Argentina (1810) e do Brasil (1822) a questão de limites ficou acirrada entre esses dois países assim como foi entre Portugal e Espanha, sendo a contestação do território que é hoje o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina conhecido como a *Questão de Palmas ou Misiones*.

Segundo Heinsfeld, em 1856, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo que as embarcações brasileiras e argentinas, tanto os mercantes como as de guerra, poderiam navegar nos rios Paraná e Uruguai, na parte em que estes rios pertencessem ao Império do Brasil e a Confederação Argentina. Em 14 de março de 1857, José Maria da Silva Paranhos representando o Império e Barnabé Lopez, representando a Confederação Argentina, firmaram um Tratado de Limites e Extradicação de Criminosos, esse tratado definia que a fronteira dos dois países se daria pelos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, explicitando que esses rios são os reconhecidos em 1759 pelos demarcadores do tratado de 13 de janeiro de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha.

O tratado de limites firmado em 1857 foi discutido pelo Poder Legislativo na Confederação Argentina, onde foi aprovado em sessões secretas pelo Senado. Porém os argentinos aprovaram o tratado com algumas modificações, apontam que os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio são os que se acham mais ao oriente, no caso o Rio Chopim e Chapecó para os brasileiros. Devido a situação interna na Argentina (Guerra Civil) a ratificação não ocorreu, sendo assim o tratado permaneceu como “letra morta”. O Brasil continuou exercendo jurisdição sobre a área em questão.

Em 1859, segundo Heinsfeld (2007), visando proteger o território de possíveis ataques ou atividades exploratórias dos argentinos, o Governo Imperial pelo decreto de nº 2.502 de 16 de novembro de 1859 cria duas colônias militares, a do Chopim e a do Chapecó. Porém, com o conflito interno vivido pela Argentina e a eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), a instalação das colônias foi retardada.

A questão de limites não foi mais discutida até 1875, quando após a Guerra da Tríplice Aliança, negociaram-se as fronteiras entre Argentina e Paraguai. O Brasil impediu que a Argentina anexasse a seu território todo o Chaco Boreal.

Em 1875, segundo Maristela Ferrari (2011), houve uma nova tentativa entre esses dois países de criarem um Tratado de Limites, sendo configurado como limite nesse tratado o mesmo estabelecido pelo Tratado de Madri. Os limites deveriam seguir pelos

rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio e Iguaçu e para não se ter dúvidas era dito especificamente que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram os que tinham sido reconhecidos pelos demarcadores em 1759 e não os descobertos em 1788, os quais mais ao ocidente os argentinos denominavam com o mesmo nome. Esse Tratado não foi aprovado pela Argentina, pois os parlamentares argentinos, durante um Congresso da Confederação Argentina advertiram o seu governo que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio “são os que se acham mais ao oriente com esses nomes”, ocorrendo um conflito pela demarcação desses rios.

Em 1876 há uma nova negociação referente aos limites quando o representante do governo brasileiro, o diplomata Barão Aguiar de Andrada, foi para Buenos Aires para encaminhar novas negociações com o governo argentino. Porém Aguiar apresentou um projeto no qual os limites reivindicados pelo Brasil eram os mesmos do Tratado de 1857, sendo assim o representante da Argentina, seu ministro das Relações Exteriores Bernardo de Irigoyen, não reconhecia os limites que o Brasil defendia, recomendando esquecer a demarcação de 1759 e instituir uma nova comissão demarcatória de limites, a fim de reconhecer os ditos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas suas sugestões foram rejeitadas pelo Brasil (HEINSFELD, 2007).

No mapa abaixo conseguimos observar o território contestado pela Argentina, sendo oficialmente o território que hoje é o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, mais especificamente o território entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguaçu e Chopim, uma área de 30.621 quilômetros quadrados.

Figura 2: Mapa da Questão de Palmas

Fonte: Academia Paranaense de Letras. (Disponível em: www.academiapr.org.br/artigos/o-acordo-de-palmas-foi-um-logro-diplomatico/. Acesso em 19 de março de 2018).

Segundo Adelar Heinsfeld, “Felippe Franco de Sá, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, comunicou à Assembleia Geral que em 16 de março de 1882, o governo argentino dividiu em cinco departamentos o território das Missões, transferindo-os do domínio provincial para o nacional” (2007, p. 101).

Sendo assim, em junho de 1882 foram reiniciadas as negociações entre Brasil e Argentina, nas quais o Brasil prosseguia reafirmando o limite pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, como é hoje, enquanto que para a Argentina o limite era assinalado pelos rios Chapecó e Chopim, o que levou o governo brasileiro a instalar no mesmo ano os postos militares nas proximidades dos rios Chopim e Chapecó, já criados pelo decreto de 1859.

Depois de várias tentativas do governo brasileiro e argentino em definirem os limites territoriais ficou evidente que nenhum dos países cederia facilmente, pois os dois lados tinham visões diferentes e as consideravam corretas, o que levou ao governo brasileiro a instalar uma Colônia Militar próxima à região contestada. O que veremos no subtítulo a seguir.

Ainda em 1885 formou-se uma comissão mista, chefiada pelo barão Capanema representando o Império do Brasil e pelo general Garmendia representando a Argentina, para explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim, e o território

situado entre esses. Porém o governo argentino mandou com antecedência o inspetor de florestas Gustavo Nierdelein, fazer reconhecimento do terreno. Ele visitou as fazendas, fez diversos questionamentos e um levantamento da população da região. Depois disso, em setembro de 1886, a comissão mista se reuniu em Montevideu para traçar os planos de trabalho.

Durante os trabalhos da comissão surgiu um desentendimento relacionado a localização do rio descoberto e assinalado em 1791 pelos demarcadores espanhóis: os comissários argentinos entendiam que era o Jangada e não o Chopim. O governo brasileiro acabou aceitando, ciente do seu direito sobre o território. Portanto, a partir de 1888, a Argentina passou a reivindicar como fronteira os rios Chapecó e Jangada.

Em setembro de 1889 os dois países assinaram um tratado que estabelecia um prazo de 90 dias para fixação da linha divisória entre o território brasileiro e o argentino, e se a questão não fosse resolvida seria submetida a arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América.

No início do ano de 1890 os ministros das relações exteriores do Brasil e da Argentina, Quintino Bocayuva e Estanislão Severo Zeballos, negociaram em Montevideu um tratado em que o território litigioso seria dividido por uma linha que ligasse a foz do rio Chapecó a foz do rio Chopim.

Segundo Adelar Heinsfeld (2007) por ocasião da assinatura do Tratado de Montevideu, os jornais brasileiros, principalmente o *Jornal do Commercio* e *A Tribuna* do Rio de Janeiro, expressavam opiniões contrárias ao tratado, que propunha a divisão entre Argentina e Brasil de um território que sempre esteve sob a posse e domínio brasileiro.

Enquanto que o Tratado de Montevideu e o ministro brasileiro Quintino Bocayuva eram celebrados na capital argentina, no Brasil as discussões e torno do Tratado se acaloravam.

De acordo com Maristela Ferrari:

Pelo Tratado de Montevideu, toda a área de Campo Erê, com residentes brasileiros habitando aproximadamente seis mil e seiscentos metros do rio Peperi-Guaçu, com registro de terras há mais de 30 anos em Palmas, passaria ao território argentino. Os estrategistas militares, como é o caso dos componentes do Clube Militar do Rio de Janeiro, repudiavam o tratado condenando como erro gravíssimo, pois afetaria diretamente os interesses do sul do país (FERRARI, 2009, p. 106).

E para complicar a situação, O Visconde de Pelotas, então governador do Rio Grande do Sul, enviou um telegrama ao governo provisório brasileiro comunicando que a guarnição do seu Estado pretendia proclamar o Estado independente, separando-o do restante do Brasil, até a promulgação da Constituição Federal.

Para que o Tratado de Montevideu fosse aprovado era necessária a aceitação dos congressos nacionais dos dois países. A Câmara de Deputados rejeitou o Tratado alegando que o território pertencia ao Brasil, pois exercia soberania, existindo na região autoridades que cobravam impostos, havendo estabelecimentos industriais, contando com uma população de cerca de mil pessoas, composta principalmente por brasileiros.

Devido a não ratificação do Tratado a questão foi encaminhada para arbitramento internacional do presidente americano. Para representar o Brasil foi designado o Barão Aguiar de Andrada, e do lado argentino foi enviado Nicolas Calvo. Porém não chegaram a apresentar a defesa, pois ambos faleceram enquanto preparavam os projetos. Desta forma foram substituídos pelo Barão do Rio Branco no lado brasileiro e por Estanislão Severo Zeballos.

Barão do Rio Branco fundamentou seus argumentos com análises geográficas, apresentando minuciosos dados econômicos e populacionais da área em litígio, pois o Brasil a reivindicava pelo princípio de *uti possidetis*. Buscou também documentos cartográficos que não haviam sido apresentados por nenhuma das partes litigantes no momento, que estavam nos arquivos da França, Portugal e Espanha.

Do lado argentino não houve tanto empenho da parte de Zeballos, pois acreditava que o laudo arbitral lhe fosse favorável. Em 05 de fevereiro de 1895, após análise dos dois projetos de defesa, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, deu ganho de causa ao Brasil, declarando que toda a parte do Território de Palmas situada entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio pertencia ao Brasil.

2.3 A CRIAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR

A Colônia Militar do Chapecó, objeto de estudo do presente trabalho, foi criada juntamente com a Colônia Militar do Chopim, pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859:

Art. 1- O Presidente da Província do Paraná estabelecerá mais duas colônias militares na dita Província, huma ao occidente do rio Chapecó nos Campos do Erê, ou ainda mais para o poente, e no ponto que mais apropriado julgar, e outra ao occidente dos Campos de Guarapuava, nos do Xagú ou ainda mas para o poente e também no ponto que mais conveniente for. (BRASIL, Decreto n. 2502, de 16 de novembro de 1859).

A criação dessas colônias militares não foi um fato isolado, pois desde 1850, com a publicação do 5º item do artigo 11º da Lei nº 555, datada de 15 de julho, houve o incentivo a instalação de presídios e colônias militares nas áreas consideradas estratégicas e de grande importância ao Poder Imperial como já foi citado anteriormente.

Segundo o próprio decreto as colônias eram destinadas para a defesa da Fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava da incursão dos índios, sendo responsáveis pela catequese desses índios como forma de “civilizá-los”. É interessante salientar que nesse período houve o início de um conflito entre Brasil e Argentina sobre a demarcação das fronteiras dos respectivos países chamada de Questão de Palmas como já citado acima.

Pelo decreto foi definido a necessidade do estabelecimento de um quartel-general com acomodações necessárias para alojamentos dos colonos solteiros e casados até a construção das respectivas casas. Cada uma das colônias poderia ter um máximo de 50 praças¹ e oficiais capacitados para comandá-las.

No Art. 6º foi exposto que os colonos militares tinham a obrigação de servir por dois anos recebendo os vencimentos militares compatíveis com sua formação militar pagos pelo Ministério da Guerra. As mulheres e filhos e outros teriam o direito a meia *etape* durante o primeiro ano do seu estabelecimento na colônia. Os Oficiais, além dos vencimentos militares, teriam gratificações que fossem indicadas pelos Presidentes de Província e aprovadas pelo Governo Imperial. Ou seja, o Governo Imperial tinha preocupação de estimular o povoamento dessas colônias, gerando mecanismos, no caso gratificações a mais para as pessoas que o fizessem.

¹ Militar sem graduação ou patente.

O Governo Imperial disponibilizava os primeiros materiais de trabalho aos colonos, como foices, martelos, enxadas, fações, espingardas e coisas do gênero. Salientam que a quem concedessem terras ficariam sujeitos ao Regulamento militar; os paisanos não engajados, apesar de também sujeitos ao Regulamento, deveriam ser obrigados aos serviços de polícia e um dia de trabalho por mês em obras de utilidade da colônia.

Segundo Xavier visavam uma praça de guerra na Colônia Do Chapecó a fim de servir de ponto de apoio a operações que se fizessem no Estado do Paraná, constituindo auxílio à fronteira de Missões. Enquanto a do Chopim serviria de apoio ao exército nacional caso houvesse a necessidade de operar na fronteira.

O decreto de criação das colônias provocou no governo argentino um pedido ameaçador de que se adiasse a implantação das colônias militares na região, até que se solucionasse o problema. O pedido argentino foi aceito e as colônias militares só foram instaladas anos mais tarde. Apesar do acordo firmado com o Brasil a Argentina não interrompeu seu expansionismo e criou a *Gobernacion de Misiones*, que incita o território da área de litigio entre os rios Chapecó e Chopim. Apesar de a problemática das fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos remontar ao período colonial, foi no período imperial que se acentuou e se promoveu a maior parte da delimitação das linhas fronteiriças no Brasil.

Segundo Aristóteles Xavier:

A contenda com a República Argentina já se tornara consideravelmente delicada com a vinda de um emissário portenho que sem o prévio assentimento das autoridades brasileiras penetra na região em pendência a fim de colher informações estatísticas importantes sob o ponto de vista militar. Foi quando o Governo Brasileiro resolveu tomar uma atitude mais enérgica e eficiente para salvaguardar a soberania nacional por esta forma ameaçada, dando execução ao decreto n.2502, de 16 de novembro de 1859 que havia criado as duas colônias militares no Estado do Paraná... (XAVIER, 1944, p. 93-94)

Sendo assim, em outubro de 1880 foi determinada uma comissão chefiada pelo capitão do Corpo de Estado Maior de 1ª classe, José Bernardino Bormann, tendo como ajudante o capitão Marciano Augusto Botelho de Magalhães e tenentes Francisco de Paula Ferreira Gomes e Vicente Ferreira Gomes, para a fundação da colônia entre os rios Chapecó e Uruguai, enquanto outra comissão chefiada pelo capitão Francisco Clementino de Santiago Dantas, deveria instalar outra colônia entre os rios Chopim e Iguaçu.

Em junho de 1882, o Ministro das Relações Exteriores da República Argentina o Sr. V. de la Plaza, dirigiu-se ao Ministro do Brasil em Buenos Aires, alegando a

inconveniência da instalação das colônias militares em território contestado, exigindo a retirada dos oficiais da fronteira. Segundo ele, após a retirada das colônias não seria difícil a resolução amistosa da questão de litígio:

Con motivo de haberse mandado establecer en aquel tempo dos colónias militares, sobre la frontera del territorio cuestionado, aseguró Sr. Dr. Dominguez, que no habia sabido cuando el Ministro de la Guerra resolvió mandar allí á los capitanes Borman y Dantas para fundar esas colónias militares; y que tan luego como lo subo habia declarado que esa medida era inconveniente, y que inmediatamente se habia dado orden para que esos oficiales se retirasen de la frontera. (XAVIER, 1944, p, 97)

O Ministro brasileiro respondeu alegando que as colônias eram fundadas na margem esquerda do rio Chapecó e na direita do Chopim, em território brasileiro, fora do que se achava em litígio entre os dois países. Devido a essa resposta a chancelaria argentina voltou a contestar a instalação das colônias. Sendo assim, o Barão de Alencar replicou enfatizando que as colônias militares do Chapecó e do Chopim não eram as únicas no território brasileiro e que as outras existam há muito tempo sem ter tido atenção alguma dos países estrangeiros. Relata ainda que as duas colônias não estavam em território propriamente de fronteira:

As colônias militares do Chapecó e do Chopim existem, e é certo que se lhes tem dado o desenvolvimento possível, mas não são as únicas. Há outras, e todas entram em um sistema formado, há muito tempo, sem atenção a países estrangeiros, nem a questões que com eles estejam pendentes. E cumpre observar que as duas mencionadas não são propriamente fronteiras: para o Brasil são interiores, porque êle tem direito incontestável a todo o território a leste dos rios Peperí-Guassú e Santo Antônio (XAVIER, 1944, p. 98).

Assim encerrou-se o incidente para dar lugar ao tratado de 28 de setembro de 1885, em que ficou assentada a constituição de uma comissão mista de ambos os países, que seria incumbida de proceder ao reconhecimento e levantamento de toda a zona de litígio, que foram tratados no subtítulo acima.

Figura 3: Mapa sobre a localização da Colônia Militar do Chapecó



Fonte: Aristóteles Xavier apud XAVIER, 2016, p. 44.

No mapa acima assinado por Aristóteles Xavier e publicado em 1944 pela Biblioteca Militar, no Rio de Janeiro, é possível observar o recorte geográfico-territorial que foi palco da instalação da Colônia Militar do Chapecó e Chopim, próxima a estrada que seguia para Guarapuava, no Paraná; e a do Chapecó, junto a estrada que levava a Nonoai, no Rio Grande do Sul. No mapa também estão definidos os rios que integram a região, desde os limites com o Paraná, pelo Rio Iguaçu; na fronteira com a Argentina, pelos rios Peperý-Guassú e Santo Antônio; no limite com o Rio Grande do Sul, pelo rio Uruguay; e os rios Chapecó e Chapecósinho, ao sul e o rio Chopim, ao norte; e a leste, o Rio Jangada.

3. COLÔNIA MILITAR DO CHAPECÓ

O relatório do Ministério de Guerra do ano de 1881 cita a existência de uma comissão de engenheiros militares para pensarem em medidas estratégicas para a defesa das fronteiras externas, sendo apontada a necessidade da construção e armamento de guarnições e fortificações. Porém para a realização de tal empreitada era exigido grande número de pessoal e de recursos financeiros os cofres públicos e o quadro do Exército não permitiam tais construções. A solução para tal questão foi a construção de fortificações nos principais pontos estratégicos julgados por tal comissão, que seriam colônias militares, ligadas por meio de estradas de ferro e linhas telegráficas que tinham o objetivo de promover a colonização nas regiões consideradas vazias demográficas e a proteção do país de possíveis ataques de países vizinhos.

Uma dessas colônias foi a Colônia Militar do Chapecó já abordada no capítulo anterior e tema central da presente monografia. O presente capítulo está dividido em três subtítulos. O primeiro aborda José Bernardino Bormann, responsável pela comissão de criação e instalação da colônia militar e diretor nos primeiros anos de desenvolvimento da colônia, onde analisamos brevemente sua carreira militar com base no “Centenário do Marechal Bormann”.

Em seguida abordaremos de fato a fundação e as razões da instalação da Colônia com base nos relatórios do Ministério de Guerra e o Contrato dos Colonos, elaborado no ano de 1884 com o intuito de regulamentar a questão de terras na colônia. Cada colono e família que quisessem se instalar na colônia eram obrigados a concordar com as questões abordadas no contrato e cumprirem fielmente suas obrigações a fim de no período de dois anos conseguirem de fato a escritura das terras. Com a análise do decreto 2502 de 16 de novembro de 1859 que criou as colônias militares do Chapecó e Chopim é possível notar algumas instruções de como deva acontecer a fundação e os motivos de instalação das mesmas. Além disso analisaremos os relatórios já mencionados que tinham por objetivo informar o governo central das condições gerais da colônia e fazer alguns apontamentos de medidas necessárias para o melhor desenvolvimento das mesmas.

Por fim, nesse capítulo abordaremos a ocupação do espaço, onde é analisado o recenseamento da comarca de Palmas, detalhando precisamente quem são os colonos que vivem nas colônias militares da até então Província do Paraná e a forma que os mesmos ocupavam o território da colônia.

3.1 JOSÉ BERNARDINO BORMANN

José Bernardino Bormann, filho de pai alemão, Guilherme Bormann, e de mãe gaúcha, nascido em 04/04/1844, natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi um dos militares mais conhecidos e aclamados no Paraná. Bormann era veterano da Guerra do Paraguai, cuja qual lhe rendeu uma medalha humanitária de 1ª classe, do Imperador D. Pedro II, destinada aqueles que, em vantagem da vida alheia não recuam. Em 1861, aos 17 anos, ingressou na Escola Militar da província do Rio Grande do Sul, nos cursos de cavalaria e infantaria, e posteriormente seguiu para a Escola Central do Exército, no Rio de Janeiro”. (XAVIER, 1944, p. 7-8)

Em 1875 foi nomeado ajudante de ordens de Duque de Caxias, Ministro da Guerra e, dois anos mais tarde, enviado à Europa, como membro integrante da comissão que tinha como missão estudar a telegrafia militar e o encouraçamento das fortalezas. Bormann desempenhou várias comissões, entre elas, a de encarregado, a 20 de setembro de 1881, da fundação da colônia Militar do Chapecó. Posteriormente foi nomeado diretor da Colônia e comandante da fronteira de Palmas, onde permaneceu até o ano de 1898. Porém, em 1893 devido à revolução, o governo julgou-o haver aderido aos rebeldes, transferindo-o para a segunda classe do exército, além de prendê-lo e destituí-lo do cargo que ocupava. Porém, foi comprovado que o mesmo não aderiu ao movimento e que auxiliou na defesa da Pátria do ponto de vista militar, pois construiu fortalezas na Colônia Militar com o intuito de proteger o território. Sendo assim, as punições foram revogadas.

No Centenário de nascimento do Marechal Bormann lhe foram referidos diversos elogios, principalmente pelo fato de dirigir a Colônia Militar por vários anos. Devido aos serviços prestados adquiriu prestígio político, conseguindo ser deputado estadual, vice-governador e governador do Estado do Paraná.

Bormann escreveu vários livros com viés histórico das batalhas que presenciou como: *Rosas e o Exército Aliado*, *Campanha de 1851-52*, *A campanha Uruguai* e *História da Guerra do Paraguai*. Quando estava no comando da fronteira de Palmas e diretor da Colônia escreveu *Dias Fratricidas*, sendo um memorial sobre a revolução federalista no Paraná. Tendo outros livros com um viés romântico. Devido a isso era visto como um homem de vasta cultura e caráter. Nos fragmentos de jornais do Brasil trazidos pelo centenário é visto como exemplo e uma lição aos que querem vencer na vida militarmente. Foi sempre muito elogiado, tanto devido às batalhas que presenciou como

pelo viés “humanitário” que é citado, devido à preocupação com a literatura e a música. Bormann faleceu no Rio de Janeiro, em 1º de junho de 1919, com 75 anos.

O recorte temporal de 1880-1898 corresponde ao período de instalação, no qual Bormann foi designado chefe da comissão e posteriormente foi nomeado diretor, sendo um dos diretores que ficou mais tempo a frente da Colônia Militar do Chapecó, cerca de 18 anos no total contando desde a data da formação da comissão. Foi o responsável pela instalação da colônia, da organização e construção dos vários prédios públicos. Em vários dos relatos pode-se perceber a experiência estratégica de Bormann, que sempre pensava em como conseguir um melhor desenvolvimento da colônia, dando várias sugestões ao Ministério de Guerra para a resolução dos problemas.

Os diretores das colônias militares eram sempre oficiais do Exército brasileiro, ativos ou reformados. Esses oficiais quando nomeados para o cargo de diretor da colônia tornavam-se responsáveis pela administração local. Os diretores possuíam poderes civis e militares e todas as pessoas que residiam nas colônias militares estavam subordinadas a eles (BRÜGGEMANN, 2013, p. 186).

Sendo assim, Bormann enquanto diretor era responsável pelo desenvolvimento da colônia, tendo a obrigação de garantir alojamento adequado aos que ingressavam na colônia, bem como fornecer ferramentas e suprimentos essenciais para a sobrevivência dos colonos. Era responsável por inspecionar todos os trabalhos realizados na colônia e promover a introdução de melhorias. Atento ao desenvolvimento da colônia, propôs algumas melhorias, como a introdução de novas culturas na colônia. Em meados de 1884, por exemplo, iniciou a plantação de mudas de parreira e pés de cana-de-açúcar, a fim de iniciar na colônia a fabricação de vinho e açúcar.

Os diretores eram autorizados a estabelecer regras para o uso do tempo na colônia e distribuir os trabalhos entre os colonos, ou seja, era responsável pela ordem, disciplina e segurança da colônia. Sendo o responsável pelo controle de entrada e saída dos colonos, tinha de registrar todos os residentes na colônia, expulsar aqueles que considerasse violentos ou que promovessem tumultos, e rejeitar as recomendações de títulos permanentes de terra aos colonos (BRÜGGEMANN, 2013, p. 187).

Todos os meses Bormann, e posteriormente os outros diretores eram obrigados a encaminhar ao presidente de província, e ao delegado da Diretoria Geral das Terras Públicas, um relatório resumido dos serviços na colônia, com ênfase no estado das obras em andamento e de toda a despesa que havia sido realizada no mês anterior.

Para a elaboração do relatório apresentado a província do Paraná Brazilio Augusto Machado de Oliveira fez uma inspeção na Colônia Militar do Chapecó, na qual as pessoas de fora da colônia fizeram algumas reclamações referentes a administração de Bormann, o caracterizando como arbitrário e severo. Porém Oliveira o defende em seu relatório:

Se algumas medidas de rigor tem havido, intuitivo é que elas não podiam deixar de serem tomadas na fundação de um porto militar vizinho das fronteiras, e situado em uma região onde os poucos habitantes estavam habituados a fazer justiça por suas próprias mãos, fora da ação da lei e da autoridade. Quanto a outras queixas, que chegaram aos meus ouvidos, tenho todo o fundamento para crer que são motivadas por interesses contrários pelo chefe da comissão em defesa dos do tesouro. (RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná. 1881-1884. p. 32)

Oliveira justificou a arbitrariedade de Bormann com o fato de não existir posto militar anteriormente na região, sendo assim a população era acostumada a resolver os problemas sem se preocupar com o governo oficial, sendo “natural” esse estranhamento, ou seja, para que obedecessem aos militares era necessária certa arbitrariedade, a fim de os disciplinarem a seguir as leis agora impostas com a presença militar na região.

Além do diretor, outros oficiais do Exército brasileiro trabalhavam nas colônias militares. Cumprindo principalmente, as funções de vice-diretor, de escrivão e de médico. No relatório de 1882 é citado o capitão de estado maior de artilharia bacharel Marciano Augusto Botelho de Magalhães e tenente de estado maior de 1ª classe bacharel Antonio Geraldo de Souza Aguiar. Por almoxarife o alferes honorário do exército Joaquim Pinto d'Assumpção e por médico o Ismael da Rocha.

O vice-diretor substituíu o diretor em seus impedimentos e na sua ausência. Era ele que dava parte, por escrito, de todas as omissões e faltas cometidas pelos empregados e pelos colonos no cumprimento dos serviços públicos. O escrivão da colônia era um oficial subordinado, ou cadete de boa conduta, que soubesse ler e escrever. A ele competia guardar e entregar os objetos destinados à colônia, escriturar os livros da colônia e os demais processos que registravam os fatos ocorridos na colônia, servindo também como arquivista. O médico ou cirurgião, legalmente habilitado era nomeado pelo presidente da província. Sendo sua responsabilidade visitar a enfermaria, e em suas residências, os colonos e demais habitantes quando fosse necessário (BRÜGGEMANN, 2013, p. 199). Ismael da Rocha durante alguns anos foi responsável pela enfermaria da Colônia Militar do Chapecó e também atendeu algumas indígenas da região. Sendo-lhe sugerida uma gratificação pelo presidente da província por tal feito. (PARANÁ, 2009, p. 476)

3.1.1 JORNAL O XAPECÓ

No ano de 1892 foi criado o jornal Xapecó, sendo o primeiro jornal na região oeste de Santa Catarina, tendo um período de atividade curto, circulando somente nesse ano, e tendo como seu redator José Bernardino Bormann que até o momento era diretor da Colônia Militar do Chapecó. O jornal era quinzenal e trazia notícias sobre a Colônia e notícias das províncias brasileiras por meio do jornal República e Diário do Comércio, bem como notícias de outros países. Era editado em quatro páginas, dividido em duas colunas, o jornal não era vendido somente na Colônia Militar onde era redigido, mas também era vendido em forma de assinatura, como forma de informar a região sobre os acontecimentos internos da colônia. No jornal Bormann grafava Chapecó com X, em referência a língua indígena caingangue, que significa “de onde se avista o caminho da roça”. (BERNARDI, 2012, p. 41)

Nos arquivos do CEOM estão disponíveis apenas seis exemplares do jornal o Xapecó, estando digitalizados, sendo edições correspondentes a 7 de março, 7 de abril, 22 de abril, 22 de novembro, 7 de dezembro e 22 de dezembro de 1892. As cópias físicas estão arquivadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, disponíveis para manuseio orientado.

José Bernardino Bormann publicava textos opinativos sobre ações militares e reproduzia trechos de jornais da capital e do exterior, mas também publicava textos importantes para a Colônia Militar do Chapecó, como informes religiosos e informações sobre o cotidiano da população.

O Xapecó era uma forma de Bormann manter os colonos informados sobre os acontecimentos da região e do Brasil, pois as vias de comunicações, como telégrafos e estradas eram bem precárias, tendo o intuito de informar sobre a Colônia a quem tivesse interesse. Uma das reclamações de Bormann na edição de 7 de março de 1892 e sobre o recebimento do jornal *a Republica* e o *Diário do Commercio*. Segundo ele os jornais sempre vinham muito atrasados, faltando páginas ou edições, faz um pedido aos agentes do correio de não esquecer de mandar as edições dos ditos jornais, pois as últimas informações da capital do país eram referentes ao mês passado, no caso fevereiro.

Em algumas edições do jornal Bormann enfatizou a necessidade de maiores investimentos na colônia, como foi publicado no jornal de 7 de abril no qual relou ter ido até a capital da República conversar com o vice-presidente:

Quando em janeiro do corrente ano estivemos na Capital federal e tivemos a honra de expor ao Excelentíssimo Senhor vice-presidente da República as necessidades dessa fronteira e da colônia que temos dirigido, tanto S. Ex. como Sr. Ministro da guerra concordam com as medidas que apresentamos e, como para execução delas era mister haver verba no orçamento, aguardou-se a próxima reunião do parlamento. (XAPECÓ, 1892.)

No ano de 1892 a colônia completou 10 anos, e ainda no jornal de 7 de abril, Bormann fez sérias reclamações sobre o descaso do governo com a Colônia Militar do Chapecó, dizendo que a colônia estava abandonada. Cobrava do governo medidas para reverter tal situação. Enfatizava durante o fim da primeira página do jornal que as picadas da vila de Palmas que conduzam o viajante à colônia estavam quase intransitáveis, sendo que a estrada da colônia à vila de Nonohay também se encontrava em péssimas condições. Segundo o mesmo, as verbas para o custeio da colônia eram insignificantes, sendo impossível melhorar as estradas. Era necessário engrandecer a região, como forma de conseguir conter os colonos e chamar atenção para que novas famílias se instalassem.

O jornal assumiu importantes funções, pois a falta de comunicação da Colônia Militar do Chapecó com o restante do Estado era algo bem presente. Percebe-se que o jornal não era somente um meio de manter os colonos bem informados sobre o que estava acontecendo no Brasil ou em países próximos, mas uma forma de Bormann demonstrar o seu interesse em questões importantes para o desenvolvimento da colônia. Quando faz suas reclamações referentes a precariedade das estradas ou falta de verba, ao mesmo tempo aponta as medidas possíveis para melhorar a situação, sendo que na maioria das vezes já havia feito. Tenta manter um diálogo aberto com os colonos, mostrando que está fazendo algo, pois dá relatos sobre suas viagens a Capital.

3.2 FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR

Por portaria de 16 de outubro de 1880, publicada em ordem do dia número 1543, José Bernardino Bormann foi encarregado de fundar a Colônia Militar do Chapecó, na até então província do Paraná.

No Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná do ano de 1881 foram publicadas as instruções que o chefe da comissão deveria obedecer. Nestas instruções consta que a comissão deveria considerar sob o ponto de vista estratégico, comercial e econômico o melhor local para a instalação. Enfatizava-se que:

O local preferido deve preencher as condições do prospero desenvolvimento, e prestar-se especialmente às da indústria pastoril, de modo a poder oferecer de futuro o gado preciso para a alimentação e transporte das praças que tenham de operar em suas imediações. (PARANÁ, 1881, p. 48)

Percebe-se que havia a preocupação com um possível ataque das nações vizinhas, no caso a Argentina, que estava contestando as fronteiras definidas pelo rio Santo Antônio e Peperi. Com um bom desenvolvimento econômico da colônia seria possível manter um contingente maior de homens para fazer o policiamento da região de fronteira, além de povoar, pois até o momento continha muitos argentinos devido a exploração da erva-mate.

Os chefes das comissões ainda teriam de relatar as condições da colônia ao ministério dos trabalhos das comissões, apresentando relatórios, acompanhados das plantas das colônias, com a divisão dos lotes urbanos e rústicos, com todos os detalhes possíveis, tendo de enviar cópias dos trabalhos a presidência da província, para ser arquivada na secretaria do governo.

Quatro meses após o início das explorações, em 14 de março de 1882 foi definitivamente escolhida para a sede ou núcleo da Colônia a campina do Xanxerê, localizando-se à margem esquerda do rio Chapecó, em território não litigioso com a Confederação Argentina. Ficava ao sudoeste da vila de Palmas e tinha uma distância de em média 82 quilômetros, e a 60 quilômetros da Boa Vista, pequeno povoado ao ocidente de Palmas.

O local da instalação da colônia foi considerado estratégico, pois possuía terras próprias para a indústria pastoril e para a agricultura. Porém, não mantinha comunicações regulares com as vilas próximas e o seu sistema de estradas não contribuía para facilitar o intercâmbio necessário para que fosse alcançado desenvolvimento.

Quanto aos aspectos comerciais e econômicos, a posição da colônia favorecia o desenvolvimento, que seria alcançado em grau maior se as verbas enviadas pelo Ministério da Guerra fossem maiores, como enfatizava Bormann em vários relatórios.

Constantemente foi enfatizado o excelente clima e solo ubérrimo da colônia, onde era produzido café, fumo, cana-de-açúcar, algodão, trigo, cevada, centeio, aveia e ensaiava-se a cultura da vinha, onde era produzida vinha para a população da colônia principalmente para os praças. O comércio era limitado, consistindo apenas na permuta dos gêneros produzidos pelas pequenas lavouras, acontecendo o mesmo a indústria, incapaz de ter um maior desenvolvimento, pela distância em que estava a colônia dos centros populosos.

A primeira referência aos objetivos encontra-se no artigo das Instruções que baixaram com o Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, onde assinala-se que as colônias do Chopim e do Chapecó eram destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão de índios, com auxílio da catequese a civilização.

Porém apenas parte desses objetivos puderam ser alcançados durante o período de existência da colônia. Em relação à defesa da fronteira com a Argentina, este estabelecimento assim como a Colônia do Chopim não apresentava condições de enfrentar um ataque dos argentinos. A colônia manteve um quadro militar reduzido, possuindo pouca carga de munição e poucas armas. E dificilmente poderia proteger a população localizada proximalmente como indicado no Decreto de criação, pois as distâncias e as dificuldades de comunicação entre a colônia e estes lugares dificultava a prestação de auxílio necessário, conforme o relatado nos Relatórios do Ministério de Guerra e da Província do Paraná.

Segundo Walter F Piazza (1987), a Colônia Militar do Chapecó não foi um mero posto avançado de soberania nacional. Teria uma missão povoadora e civilizadora, pois as famílias instaladas nas periferias, cerca de 40, foram convidadas a integrarem a colônia, com garantias de posse de terra, com o fornecimento de material para a construção das moradias. Além de promover o resguardo da fronteira, previa a colonização desse território pouco habitado, como forma de impedir o avanço argentino. Uma das primeiras providências tomadas pela comissão de instalação da colônia foi a construção de um engenho de serra movido a água, com o objetivo de fornecer todo o material para a construção das casas dos colonos e prédios.

No ano de 1884 foi elaborado um *Contracto de Colonos* por Marciano Augusto Botelho de Magalhães contendo 10 artigos (XAVIER, 2016). O primeiro artigo é referente ao transporte dos colonos e suas famílias até a colônia, que ficaria por conta do Estado, porém deixava claro que família para o governo imperial no presente momento entendia-se a mulher e filhos até a idade de 18 anos, não contando com filhos maiores de 18 anos, pais, avós, cunhados, primos e afins. No segundo artigo é mencionado que o colono tinha direito a uma ração de alimentação diária e a meia ração para mulher e cada filho, desde o dia de sua partida para a colônia até o momento da colheita das roças. Era uma forma do governo conseguir estimular os colonos a mudarem-se para a colônia, fomentando assim a colonização do território.

O contrato define que cada colono receberia cinco mil reis e cada mulher e filho duzentos reis mensalmente, a título de gratificação até o período das colheitas. Os filhos maiores de 18 se tornariam colonos, tendo as mesmas vantagens dos pais. Ainda ficava definido que os serviços do médico e do capelão e a farmácia da colônia seriam gratuitos aos colonos e suas famílias.

Um fato bastante interessante é a liberdade religiosa definida no *Contracto de Colonos*, porém é enfatizado que não seria admitido qualquer desacato com a religião do Estado, que até o momento, no caso final do século XIX, era o catolicismo, como é explícito na citação abaixo. Nos diversos relatórios não é citada a existência de outro prédio religioso além da Igreja.

A elegante igrejinha com duas tôres, tôda construida de madeira, pintada de branco com frizos azues, tinha entronizada em seu altar-mor uma grande e linda imagem do S.S. Coração de Jesus, da devoção do Diretor Bormann que, segundo ouví, mandou buscá-la de París, à sua custa. Na sacristia nada faltava: ricos paramentos, finíssimas alfaias, etc. Para o culto divino. Na tôrre do lado direito via-se o campanário com dois sinos. Três portas na frente. Na primeira, à direita, fica o batistério. (XAVIER, 1944, p. 106)

No sétimo artigo foi definido a área dos lotes que variaria de 25 a 50 alqueires² conforme o número de pessoas de cada família e depois de dois anos de cultivo habitual. Todo colono era obrigado a dar um dia de serviço em cada mês para os trabalhos gerais da colônia dentro dos dois anos estabelecidos. Também deviam auxiliar na limpeza e manutenção dos caminhos e estradas, assim como da área urbana da Colônia Militar do Chapecó. Caso descumprimento do contrato, o colono era obrigado a indenizar o Estado de todas as despesas feitas consigo e sua família. Após os dois anos do contrato e satisfeita todas as cláusulas, os colonos poderiam pedir o título de propriedade de suas respectivas terras que passariam por uma análise do diretor da Colônia, que decidiria por concedê-las ou não.

Segundo o Regime da Colônia disponível no Relatório do Ministério de Guerra do ano de 1884, a colônia foi dividida em três distritos, sendo que o primeiro começa no Pesqueiro e termina a margem direita do Xanxerê; o segundo, que é o menor, porém mais populoso, vai do Xanxerê até o arroio da Serrinha; e o terceiro estende-se da Serrinha até o Xaxim. Cada distrito tem um inspetor encarregado da sua política e organização.

² Um alqueire correspondia a 24.200 m², o equivalente a 2,42 hectares.

Na entrada da povoação da colônia foi montado um corpo de guarda para tomar conhecimento das pessoas que entravam, além de inspecionar o fluxo de pessoas que passavam pelo caminho geral que ligava a província do Paraná a do Rio Grande do Sul.

Os colonos eram obrigados a prestar mensalmente dois dias de trabalho gratuito ao Estado, porém os produtos de suas lavouras pertenciam-lhes exclusivamente, podendo vendê-los onde e a quem quisessem. Porém se quisessem vendê-los as tropas havia uma tabela a que deviam se sujeitar (PARANÁ, 1884, p. 28)

A duração do serviço era conforme as estações do ano de 8 a 9 horas. Ao descanso e refeições era cerca de 2 horas. Para que os praças não perdessem os hábitos militares, de tempo em tempo, formaram em parada de revista, executando então diversas evoluções. Ainda é mencionado que será contratado colonos quando necessário para as obras de edificação, tendo um valor pré-determinado de quanto receberá pelo serviço, descontando os dois dias de trabalho gratuito que são obrigados. Nestas obras e na abertura de picadas para a medição e demarcação dos lotes foram empregados os praças do contingente que receberam uma gratificação diária. Reforçando a ideia de que os militares, antes de serem militares eram colonos.

Além dos Relatórios dos anos de 1883 e 1884, em nenhuma das fontes consultadas é citada a situação dos indígenas no território da Colônia Militar do Chapecó. No relatório de 1883 é enfatizado que Bormann conseguiu catequizar e “chamar a serviço” alguns indígenas, tendo tal ato agradado o Ministério de Guerra tendo em vista a economia de recursos dos cofres públicos. Porém não são dados mais detalhes nos relatórios a seguir a fim de esclarecer de que forma Bormann os tenha catequizado ou como fez tal proeza.

O relatório de 1884 é um pouco mais detalhado nessa questão se comparado ao anterior. No momento o município de Palmas contava com três toldos: um próximo à vila; outro próximo ao passo da Balsa, junto à margem esquerda do Chapecó; e o terceiro no lugar denominado Formiga, a 3,5 léguas da colônia. O governo Imperial encarregou a comissão da colônia militar do Chapecó de escolher um local apropriado para aldear os índios. Bormann já havia reclamado as providências necessárias aguardando a terminação dos principais trabalhos da comissão para dar começo a um grande aldeamento nas Formigas, fundindo em um só os três toldos existentes. No relatório não é citado qual a etnia dos indígenas. O redator esclarece que tais informações foram solicitadas, porém não houve retorno por parte dos responsáveis de Palmas, mas segundo a bibliografia existente eram índios caingangues. Comenta que:

Segundo informações particulares que tive, os indígenas catechizados de Palmas levão uma vida semi-nomade e ociosa, entregão-se a embriaguez e frequentemente furtão. Nestas condições dadas certas circumstancias, em vez de se poder confiar n'elles como elemento defensor da fronteira, podem tornar-se perigosos aos habitantes. (GUERRA, 1884, p. 31)

Percebe-se que ao quererem aldear os indígenas um dos principais objetivos era o de “civilizar” a fim de que os mesmos servissem como defensores da fronteira até então pouco habitada. Apesar das propagandas vinculadas em vários jornais do Paraná e de outros estados, a população de fronteira nunca teve um número elevado. Sendo assim, os indígenas seriam uma boa alternativa a fim de conseguirem o território contestado com o princípio de *uti possidetis*. Porém, segundo o redator, os indígenas eram considerados um empecilho para tal medida, pois bebiam e furtavam, podendo tornar-se perigosos para as populações.

Segundo Wilmar da Rocha D’Angelis (2006) na tradição oral dos Kaingang do Xapecó e dos da região de Clevelândia, os mesmos participaram na abertura da picada da linha telegráfica de Palmas ao Goyo-En, no início da década de 1890. Encerrados os trabalhos, voltaram até Boa Vista (Clevelândia) e lá já estava o dinheiro que o governo havia mandado para pagar os índios.

Bormann era visto como um “indianista”, supostamente falando fluentemente o “Caingângue,” que era a língua da tribo dominante da região. Segundo o “Centenário do Marechal Bormann”, “Protegia os selvícolas com verdadeiro carinho, alojando os em aldeamentos e assistindo-os em suas necessidades” (XAVIER, 1944, p. 106).

A visão do Centenário de Bormann é muito romantizada, tendo em vista que o mesmo não estava fazendo mais que suas obrigações em aldear os indígenas, pois vinham verbas do governo provincial para tais medidas. Há menção de documentos no Arquivo do Paraná, em Curitiba de algumas reclamações de Bormann feitas com relação aos indígenas da região. Em uma dessas reclamações solicitava o pagamento dos alimentos fornecidos aos índios guaranis, destacando que era segunda e última vez que o faria, pois, os ditos índios já tinham suas roças com plantações de milho e feijão.

O Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1882, dizia que os soldados e suas famílias em grande maioria vinham do Norte do até então Império, e tinham a preocupação que o clima frio da Província influenciasse a saúde, causando alguma enfermidade, além de enfatizar as ótimas condições de salubridade da colônia.

Eleva-se em dezembro último a 242 o número de habitantes da colônia, não incluída a força militar, tendo-se dado, portanto, um aumento de 52 em relação ao número existente em 1884, sendo opinião do Diretor que grande número de famílias de diversos pontos da Província irão estabelecer-se na colônia, apenas possua esta boas vias de comunicação. (PARANÁ, 1884, p. 50).

Segundo o Relatório do ano de 1885 foi criada uma estrada do Porto da União a Palmas, com o objetivo de manter a segurança das fronteiras e impulsionar o desenvolvimento das colônias militares da região. Acreditava-se que com a abertura da estrada haveria a atração de colonos para se estabelecerem na região e a proteção contra os indígenas. Nos relatórios dos anos seguintes foram abordadas as dificuldades para a abertura da citada estrada, pois havia a insuficiência de pessoal. O encarregado da comissão o Major do corpo de Engenheiros Carlos Eugênio de Andrade Guimarães.

Segundo Evandro Ritt (2011), o serviço militar em fins do século XIX, não era uma obrigação cívica, mas um castigo, o que levava os soldados a abandonarem os postos de serviços para fugirem da responsabilidade militar. Outro fato importante nessa questão era a distância que as Colônias Militares tinham dos centros urbanos, além da dificuldade de acesso e impossibilidade de gastar o soldo militar, o que desestimulava a permanência desses militares nessas regiões. Esta foi uma das justificativas para o número de soldados reduzido na Colônia Militar do Chapecó, pois a mesma ficava em território chamado de “sertão” pelos governantes do período e com estradas de difícil acesso ligando aos centros populacionais como Palmas e Nonoai.

Segundo Wilma Peres Costa apud Adelson Bruggemann (2013), desde o período colonial e durante todo o século XIX, o recrutamento se configurava numa verdadeira caçada humana, da qual a população trabalhadora livre fugia com horror. O recrutamento forçado operava como uma válvula de escape parcial para prisões superlotadas ao incorporar infratores e os “criminalmente” ociosos.

O Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1882 relatava que os soldados da Colônia e suas famílias provinham em sua maioria do Norte. Segundo Délcio Marquetti (2015) as regiões Norte e Nordeste eram as maiores fornecedoras de soldados para as atividades militares do Sul, que normalmente eram recrutados por ocasião de rebeliões ocorridas naquelas províncias e mandados para o sul do país.

Desterrar indivíduos considerados delinquentes era uma prática comum, como salienta Francisco Ferreira Junior em sua dissertação de mestrado intitulada “A Prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX” (2007) demonstra que a utilização de presos para servirem o exército e colonizar os sertões brasileiros é algo

bastante presente ainda no período Imperial brasileiro. Sendo que nas políticas de povoamento planejadas para algumas regiões, nesse caso a atual Guarapuava, estava o envio sistemáticos de condenados a degredo.

Porém, tal recrutamento constituía uma prática contraditória, pois, ao obrigar criminosos e delinquentes a sentar praça, trazia um desafio maior em colonizar essas regiões consideradas sertões. Pois o Exército também tinha pretensões de disciplinar a população, e boa parte de seus membros era assim constituída, justamente por aqueles que haviam sido alvo de suas próprias práticas disciplinadoras.

3.3 A COLÔNIA MILITAR E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O governo da Província do Paraná no século XIX e início do século XX estava voltado a ocupar as terras das colônias civis e militares incentivando a vinda dos imigrantes. Também planejavam a construção de uma ferrovia que facilitaria a ocupação do interior da província e para aí levaria o progresso. Com os imigrantes planejavam realizar a colonização primeiramente próxima aos centros urbanos para posteriormente, ir ao interior. Assim, segundo Evandro Ritt, o imigrante levaria ao interior o elemento nacional com o modelo social desejado pelos governantes e retiraria dali o “indesejado” a esse modelo: o indígena e o caboclo.

No início da colonização os relatórios demonstram que o governo provincial via o indígena como um problema à formação de uma sociedade civilizada, por outro lado o mesmo governo procurou, contar com a ajuda de índios ditos civilizados para incentivar os outros índios a viverem de forma pacífica com a população colona que ocupava as terras na região. Porém nos diversos relatórios analisados para a realização do presente trabalho a presença do indígena na região é pouco citada ou simplesmente ignorada.

Evandro Ritt acreditava que as riquezas naturais próximas à capital paranaense, como a madeira e a erva-mate, e a presença do índio resistindo à invasão de suas terras pelos colonos e o sistema praticado no decorrer do século XIX e boa parte do XX pelas obras, impediu a colonização dessa região. O Exército era a única instituição apta para ocupação, por ver na região um espaço estratégico do ponto de vista militar, por ser muito próximo à delimitação fronteiriça e de fácil localização para ser atacado por inimigos tornou-se, na verdade, um local para colocar em prática a forma administrativa e de ocupação dos militares e para o governo nacionalizar a região.

O decreto de criação das colônias militares do Chopim e Chapecó não definiu exatamente o local onde deveriam ser instalados os estabelecimentos, sendo responsabilidade dos membros das comissões criadas escolherem o local mais propício. Na região conhecida como o Campo-Erê, foi fundada a Colônia do Chapecó, nas proximidades do rio Chapecó. A Colônia do Chopim foi fundada nas proximidades do rio Chopim afluente do rio Iguaçu, e numa região à ocidente dos Campos do Xagú.

Apesar do decreto de criação ser do ano de 1859 é somente em 1880 que são criadas as duas comissões responsáveis pela fundação das mesmas. Ficou responsável pela criação da Colônia do Chapecó, como já citado, o capitão do estado maior de 1ª classe José Bernardino Bormann, como chefe; como ajudante o 1º tenente do 2º batalhão de artilharia a pé, Antônio Tertuliano da Silva Mello; e o capitão honorário do exército Felismino José Caldas como escrivão e almoxarife. Sendo contratado também o médico Dr Francisco Alexandre Guedes Chagas.

No início da instalação da colônia, o chefe local Marechal Bormann, apontava algumas medidas que seriam necessárias para a melhoria do comércio e desenvolvimento da colônia, sendo uma dessas medidas a abertura de uma picada³, do Xancherê à vila de Palmas, que melhoraria consideravelmente o comércio com a província do Rio Grande do Sul. Essa estrada tinha segundo, alguns cálculos de Bormann, 8 léguas, ou 52 km, que poderia ser feita sem sobrecarregar-se desde que houvesse o aumento de mais 10 praças (PARANÁ, 1882, p. 110).

Outra medida que Bormann apontava que poderia ser vantajosa, seria a diminuição dos impostos de importação de animais para a província, sendo exigido então o pagamento à vista de províncias vizinhas. Assim evitaria o longo prazo, fazendo crescer o comércio com as Províncias vizinhas. Essa foi mais uma questão levantada por Bormann em um dos seus relatórios passados ao Ministério de Guerra. Alguns colonos receberam soldos voluntários até completarem um ano de colônia, e outros, nada receberam, pois já se achavam estabelecidos na colônia em terrenos nacionais.

Os lotes da colônia eram divididos em rústicos e urbanos. Segundo o Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no ano de 1884 os lotes rústicos deveriam ser divididos em uma área não inferior a 43,56 quilômetros quadrados, correspondente a do quadrado cujo lado é de 6,6 quilômetros. Depois de serem divididos,

³ Passagem, estreita ou larga, aberta no mato.

o Diretor da colônia deveria entregar uma planta com os lotes enumerados para o Governo Imperial.

Os lotes urbanos formavam a povoação e constam quintais tendo cada casa de madeira em geral com 30 palmos de frente sobre 25 de fundo. No ano de 1884 já haviam sido demarcados 60, com as respectivas casas construídas. Por ser a matéria-prima para a construção a madeira, sendo perecível, nos relatórios dos anos seguintes é ressaltado a necessidade de constantes reformas, tanto nos prédios públicos como nas moradias dos colonos. Ainda segundo o Relatório de 1884, as construções eram suportadas por esteios de madeira de lei, coberta de tabuinhas de pinho e paredadas com tábuas da mesma madeira. Porém, as paredes da igreja eram de pedras argamassadas com barro.

Segundo o redator do relatório não havia na colônia no momento soldado ou paisano apto em rudimentos e alvenaria, podendo vir por alto preço de Nonoai, a doze léguas de distância. Porém devido à alta quantidade de pinheiros e madeira de lei nas matas aos arredores da colônia, tornava-se mais proveitoso a utilização desse material. Foi montado um engenho de serrar, tocado por água, prestando ajuda no corte das árvores que antes eram cortadas e falquejadas a machado pelos soldados.

Os territórios demarcados para a colônia eram bem extensos, portanto apresentava altitudes diferentes, sendo que o clima variava do frio ao temperado, e os terrenos consequentemente admitem variedade de culturas. No ano de 1884 eram plantados milho, feijão, cana-de-açúcar, batatas e hortaliças, tudo em pequena escala. Para a fabricação do açúcar, rapadura e aguardente estava sendo construído um engenho para ser movido pelos animais.

Na maioria dos relatórios analisados para o presente trabalho, uma das preocupações dos redatores era de informar quantas pessoas estavam vivendo na colônia, como forma de enfatizar o seu desenvolvimento, porém não eram abordadas as características desses colonos, além de os separarem por gênero e por idade, ou seja, com base nos relatórios não é possível identificar de onde são esses colonos e militares.

Porém, no ano de 1890 foi realizado um recenseamento na comarca de Palmas, detalhando especificamente toda a população, principalmente as das Colônias Militares. No momento do recenseamento a colônia contava com cerca de 522 habitantes, sendo 238 mulheres e 284 homens. Desses habitantes, 182 eram considerados mestiços, 169 brancos, 151 caboclos e 20 pretos. E somente 20 homens e 7 mulheres eram estrangeiros, vindos da Alemanha, Áustria, Espanha, Itália, Paraguai, Portugal e da Ásia. Ou seja,

apesar da preocupação de inserir os imigrantes na colônia, os colonos são em sua grande maioria brasileiros (IBGE, 1890).

No Jornal do Commercio de Curitiba são encontradas duas propagandas, uma do ano de 1883 voltada exclusivamente para as famílias alemãs dizendo o seguinte: “Famílias alemãs-O governo geral oferece vantagens compensativas às famílias alemãs que quiserem ir para a Colônia Militar do Chapecó, no Xanxerê. O Sr. capitão ajudante de ordens da presidência está habilitado a dar informações a respeito”; e outra do ano de 1884 chamando os colonos a se instalarem na Colônia Militar do Chapecó, também oferecendo vantagens às famílias que tivessem interesse (JORNAL DO COMMERCIO, 1884).

Na colônia foram criadas duas escolas, uma diurna que no ano de 1884 contava com 22 alunos e uma noturna que contava com 26 alunos. O professor da escola era o capelão. No ano de 1887 Bormann criou uma escola de música na colônia, onde o mesmo oferece os instrumentos e artigos necessários para tal feito. Nos próximos relatórios é demonstrado que há interesse e boa vontade dos alunos que frequentam as aulas.

Para a animação das confraternizações havia uma banda de música, formada por 17 integrantes sob o comando do colono Fortunato Bernardino Marçal. Aos domingos e feriados faziam retreta no coreto⁴, ou seja, faziam o toque militar que antecede a hora de recolher. As datas oficiais eram solenizadas também com o hasteamento da Bandeira Nacional e com as salvas de artilharia determinadas na ordenança.

Segundo Evandro Ritt:

Dessa forma há uma tentativa de se criar um conjunto de fatores naturais depositários de um sentimento comum, no qual as pessoas se vejam inseridas no processo e reconheça também o seu imaginário nesses fatores, como a natureza, a terra que nesse sentido se tornaria comum a todos os indivíduos. (RITT, 2011, p. 14)

Incorporando as representações simbólicas que compõem o Estado, como a bandeira, as leis, entre outras coisas, os militares tentavam inserir os conceitos de povo e de nação ao território, procurando estabelecer as suas ideologias sobre essa população até então, pouco assistida pelo Governo Central. Era uma forma de se reafirmarem enquanto militares e brasileiros, a fim de criarem uma identidade nacional, com o intuito de legitimar a ocupação.

⁴ Pequena construção no meio de uma praça, normalmente no formato redondo, protegida por grades, onde pequenas bandas marciais das cidades do interior faziam (ou fazem) apresentações para o público.

No Relatório de 1897 foi enfatizada a necessidade de reforma das fortificações construídas no ano de 1894, devido os avanços das forças revolucionárias dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Porém a verba voltada para o custeio de tais medidas era insuficiente.

Percebe-se uma mudança no discurso do redator do Relatório no ano de 1897, onde enfatiza que além do serviço colonial a colônia tinha o objetivo de fazer a vigilância de uma vasta fronteira, ou seja, não havia mais a ameaça de uma suposta invasão do governo argentino, pois a questão de Palmas havia sido resolvida no ano de 1895, como já citado anteriormente. Porém, era necessário o governo se fazer presente nesse território para que não houvesse a violação desses limites.

Nesse período o contingente militar contava apenas com 17 praças, sendo insuficientes para atender os trabalhos coloniais e a manutenção da ordem. Bormann pediu para que tal destacamento fosse elevado a 100 praças, tendo preferência pelos casados, para que no futuro, depois do serviço militar, se estabeleçam como colonos. Porém seu pedido não foi atendido nos anos seguintes.

Bormann permaneceu como responsável da Colônia Militar do Chapecó por cerca de 17 anos, saindo de sua direção no ano de 1898, quando a mesma contava com cerca de 800 habitantes. A Colônia estava em estado de decadência, segundo o Ministério de Guerra, pois não houve o desenvolvimento de uma agricultura para o mercado externo devido à falta de boas vias de comunicação (GUERRA, 1898, p. 48).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a Colônia Militar do Chapecó aparecia em pesquisas historiográficas de forma secundária, normalmente para contextualizar a Questão de Palmas. A presente pesquisa revelou que essa instituição enfrentou diversos problemas referentes a vias de comunicação, como as estradas o que não permitiu um melhor desenvolvimento econômico.

Nossa análise engloba os anos de 1880-1898, enquanto Bormann se manteve em sua direção, não extrapolando para as administrações posteriores, lembrando que a Colônia manteve a administração militar até meados do ano de 1908. Os objetivos traçados para a criação desse núcleo militar foram alcançados parcialmente, uma vez que as condições oferecidas pelos órgãos responsáveis não corresponderam às reais necessidades verificadas.

Partindo do pressuposto de Bourdieu (1998), que as regiões são construções históricas, na dinâmica da vida social dos homens, nas disputas pela imposição de valores e interesses, sobretudo pelo controle e uso da natureza, portanto, podemos concluir que a institucionalização da região do atual Oeste Catarinense começara com a instalação da colônia e não posteriormente.

A Colônia Militar do Chapecó marca o início de um processo de colonização e a presença do governo que foi impulsionada nas primeiras décadas do século XX, com o fim da Guerra do Contestado (1916), a assinatura do tratado de Limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná e a criação do município de Chapecó (1917).

Podemos concluir com base no senso de 1890, que a Colônia Militar do Chapecó era composta expressivamente por caboclos e os chamados mestiços. População que era considerada não civilizada, não sendo populações ideais para a colonização da região. A presença de imigrantes na Colônia era mínima. Segundo José Carlos Radin na passagem do século XIX para o XX, prevaleciam nas ciências sociais representações negativas sobre etnia, seja em relação aos brasileiros, aos mestiços, seja aos caboclos e aos indígenas (RADIN, 2009, p. 39).

Um dos objetivos da instalação da Colônia Militar do Chapecó era a defesa da fronteira e a defesa contra os ataques de indígenas bravos contra a população da região. Porém os efetivos militares não contavam com grande número de soldados, ou seja, dificilmente teria condições para proceder a efetiva defesa da fronteira internacional com a Argentina, não dispunham de instrumentos bélicos e das armas de defesa

indispensáveis. Assim, caso a colônia sofresse um ataque, seus integrantes não teriam condições humanas e materiais para rechaçar e proteger a posição brasileira. Sendo assim, a colônia também não teria condições para proceder a defesa da população da região próxima.

Nos primeiros anos, os membros da colônia estiveram praticamente isolados e distantes dos habitantes das localidades da região. E, no caso de ataques indígenas, haveria muita dificuldade para comunicar os militares e esperar uma efetiva proteção. Os documentos analisados pouco fazem referência aos indígenas, fazem menção apenas de que foram aldeados, não dando maiores informações desses aldeamentos e suas condições.

Durante a administração de Bormann, em 1893 por ocasião da Revolução Federalista a Colônia esteve sob ameaça de invasão, e por isso foi construído um sistema de fortificações e houve a convocação de todos os homens válidos da colônia. Cerca de 300 homens, divididos em 200 praças de infantaria, 60 de cavalaria, e 30 para guarnições da artilharia. Todos foram fardados, armados e equipados, porém devido a aproximação das tropas do general Pinheiro Machado os revoltosos foram repelidos e a Colônia ficou fora de perigo. Porém devido a diferença de contingente era provável que se invadida a colônia não resistiria muito tempo, devido à falta de alimentos, armas e o contingente reduzido. Durante o período estudado esse núcleo militar não sofreu ataques que pudessem colocar à prova seu sistema de defesa.

A Colônia pode ser considerada como um estabelecimento de caráter agrícola-militar, pois o contingente militar ali fixado era sempre em número reduzido. Além das atividades militares, desenvolvia outras indispensáveis ao funcionamento do núcleo, como a manutenção de estradas, a construção de prédios militares e as reformas, portanto eram militares e colonos ao mesmo tempo. O governo normalmente preferia militares que já fossem casados, com a intenção de que se fixassem na colônia, após o término do tempo de serviço.

O povoamento no interior do país no século XIX é um exemplo da combinação do exército de proteger o território e de sistematizar as informações importantes sobre o país, como o relevo, hidrografia, recursos naturais, tipos de clima, entre outros. As colônias militares começaram o processo de colonização dessas áreas afastadas e consideradas estratégicas do ponto de vista militar com relação às fronteiras com países vizinhos.

A presente pesquisa procura iniciar a discussão sobre a Colônia Militar do Chapecó no meio historiográfico. Ainda existem muitas questões a serem abordadas, principalmente com o acervo expressivo do Arquivo do Exército na cidade do Rio de Janeiro. Devido às fontes analisadas no presente trabalho, não é possível fazer uma análise sobre as trajetórias de vida dos soldados e oficiais do Exército brasileiro, bem como da população que já estavam nas imediações quando da instalação da colônia. Essa problemática será abordada possivelmente em pesquisas futuras.

Em suma, esta colônia não conseguiu atingir totalmente o seu fim por falta de assistência e de apoio governamental que, em muitas ocasiões, privou-a de recursos humanos, financeiros, técnicos e instrumentais, imprescindíveis para a atuação, o que se nota claramente com as constantes reclamações de Bormann ao Ministério de Guerra.

Referências:

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 17, p.55-67, jan. 2008.
- BARROS, José D'assunção. **História, Espaço, Geografia: Diálogos Interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim: 1882 a 1909**. 1980. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.
- BERNARDI, Grasieli Canelles. **O funcionamento dos discursos a partir do plano municipal de cultura de Chapecó: Da leitura à produção de sentidos para a formação do cidadão**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989
- BRÜGGEMANN, A. A. **A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)**. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.265-343, ago. 2006.
- FERREIRA JUNIOR, Francisco. **A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FERRARI, M. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XXI)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2011.
- MARQUETTI, Délcio. **"Matem que eu respondo": Militares e Imigrantes de Poloneses na zona estratégica do Paraná (virada do século XIX para o XX)**. 2015. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unisinos, São Leopoldo, 2015.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.149-188, ago. 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&vida, 2015.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1990

RITT, E. **A colônia militar de Foz do Iguaçu-PR: Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SCAPINELLO, F. G. **Usucapião de terras devolutas da Ex-Colônia Militar de Xapecó**. 2010. 83 f. TCC (Graduação em Direito) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2010.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v. 18, n. 18, p.139-160, jan. 2011.

TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. **Colonos, Colônias e Colonizadores: Aspectos da Territorialização Agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009.

XAVIER, Aristóteles. **O CENTENÁRIO DO MARECHAL BORMANN**. Biblioteca Militar. RJ: Laemmert, 1944.

XAVIER, Mário. **O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó: Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Insular, 2016.

Outras Fontes:

BRASIL. Decreto n. 2502, de 16 de novembro de 1859. Crea mais duas colônias militares da Província do Paraná ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1859, p. 578, Vol. 1, pt. II (Publicação Original).

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Paraná. Curityba: Typ. Perseverança de J. Pinheiro, 1881-1884.

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de estado dos negócios da guerra. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882-1887.

RELATÓRIO apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897-1899.

Jornais:

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 12 ago. 1882.

JORNAL DO COMMERCIO. Curitiba, 25 nov. 1883.

JORNAL DO COMMERCIO. Curitiba, 8 jul. 1884.

JORNAL DO COMMERCIO. Curitiba, 15 jul. 1884.

XAPECÓ. Colônia Militar do Chapecó, 1892.